



A SEGURANÇA COMO TAREFA FUNDAMENTAL DO ESTADO

O Estado é a organização política de um determinado povo. A sua existência é substanciada no acordo comum entre os seus membros. Pois, não seria possível manter a paz e a segurança dentro e fora das fronteiras do Estado sem que antes houvesse um acordo comum entre os seus membros, ou seja, a necessidade de superar os conflitos de interesses levou os homens a conceber sociedades mais complexas que englobam as sociedades primárias e criam entre elas possibilidades de colaboração pela subordinação obrigatória a deveres comuns e pelo reconhecimento de direitos recíprocos garantidos por autoridades dotadas de poder coercitivo.

Assim, o Estado é indispensável para a realização dos fins que o homem prossegue de acordo com a sua natureza e que excedem o apoio que pode encontrar na família ou na associação das famílias em pequenas comunidades, fazendo com que reine a paz, a tranquilidade e a ordem, evitando o surgimento de milícias, de bandos armados, da chamada justiça privada popular.

Para que o Estado cumpra a sua missão com sucesso, dispõe de meios próprios que visam a legitimação da sua actividade, ou

seja, é necessário a existência de um aparelho preventivo/repressivo que visa a garantia da autoridade.

Embora os membros da sociedade não perfilhem das mesmas ideias, motivados pelo pluralismo democrático, é imperioso que toda a sociedade acate a lei, uma vez que todos, são detentores de direitos e deveres, devendo a sua conduta contribuir para a sua própria segurança, não remetendo apenas essa tarefa às forças de segurança.

Por conseguinte, é preciso ter em conta, que a pluralidade democrática existente no seio da sociedade, em muitos casos provoca alguma desordem ou conflitos sociais, onde cada cidadão pretende ver resolvidos os seus problemas sem se preocupar com os demais. Daí a necessidade da existência de um órgão com poder coactivo que faça cumprir as decisões do aparelho estadual, ou seja, a polícia surge como uma força capaz de fazer cumprir a lei.

A actividade das Forças de Segurança está directamente ligada ao cidadão, pelo que, os seus agentes têm de se confrontar diariamente com a problemática da comunicação com o público, ou seja, só o facto de os agentes policiais se encontrarem uniformizados pressupõe logo uma comunicação, dado que os cidadãos reagem à sua presença alterando o seu comportamento habitual. »

Na verdade, as Forças de Segurança, ao fornecerem um serviço de qualidade, acabam por reforçar a sua autoridade e o seu prestígio junto dos cidadãos que têm na polícia depositada toda a sua confiança, aumentando assim, o sentimento de segurança, pelo que se torna imprescindível que os agentes policiais tenham um domínio claro das técnicas de comunicação com vista à melhoria da sua actividade, tendo sempre presente que a função de polícia consiste na defesa da legalidade democrática e da segurança interna, não devendo a sua actuação extravasar as suas competências, pois, se assim acontecer, estarão em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, podendo estes, opor-se inclusive pela força desde que de forma proporcionada.

Nesta edição da revista Tranquilidade, cujo tema central é a Segurança como tarefa fundamental do Estado, damos ênfase aos aspectos de segurança, com destaque as visitas efectuadas por sua Excelência o Comandante Geral da Polícia Nacional a Província do Uije, onde fez uma radiografia completa do estado de prontidão dos efectivos daquele Comando Provincial. Outro facto de realce, prende-se na inauguração de 11 esquadras policiais na Província de Luanda, onde o Comandante Geral da Polícia Nacional acompanhado dos administradores Municipais,

inaugurou a esquadra da Pedreira, no município de Cacucaco, a esquadra do zango I, a esquadra da terra vermelha, entre outras...

Não menos importante, foi o alerta que o Exmo. Sr. 2º Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida efectuou aos efectivos da especialidade de trânsito, entre outros aspectos a assinalar.

Nesta edição que é a décima sexta, publicamos dois interessantes artigos de opinião, referentes “a Segurança privada em Angola, da responsabilidade de um jovem mestre em Ciências policiais, e a segunda e última parte do texto sobre, “a problemática dos menores em conflito com a lei”.

Na página internacional realce para a participação de Angola na 82ª Assembleia Geral da Interpol realizada em Cartagena das Índias, na Colômbia bem como a deslocação de uma delegação da associação da mulher Polícia a África do Sul.

Como novidade, a criação do espaço, “um bom exemplo”. Que se dedica na divulgação de feitos dos nossos efectivos no ramo científico e finalmente, como não poderia deixar de ser, a mensagem de Sua Excelência Comandante Geral da Polícia Nacional a todos os efectivos da corporação.

Por tudo o que antecede, convidamos o estimado leitor a não deixar de ler a nossa revista.



© Comando Geral da Polícia Nacional Deseja a Si e a Sua Família um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo



Em Caso de
Necessidade, Ligue **113**

Números alternativos:

936949494

937747474

931838383

931699999

918131313

918141414

918151515

918161616



Denuncie os malfetores, seja activo na sua segurança e na dos outros

www.cgpn.gov.ao  /policianacionaldeangola

Notícias

- 08** Brigada Especial de Trânsito e Comando Nacional da Polícia de Guarda Fronteiras com sedes modernas
- 10** Alerta aos reguladores de trânsito - 2º Comandante Geral exige maior rigor na fiscalização do trânsito
- 12** Comandante geral visita unidades centrais de Luanda
- 14** Polícia aposta na formação dos efectivos
- 16** Cavalaria apoia acções de policiamentos
- 18** Polícia expande unidade de cavalaria e cinotécnica
- 20** Operação Jibóia – apreendidas toneladas de medicamentos contrafeitos
- 22** Operação Jibóia atinge objectivos preconizados - Angola Participa na reunião final em Livengstone/Zâmbia
- 24** População entrega de forma voluntária mais de 75 mil armas
- 26** Ministério do Interior encerra empresas privadas
- 28** Comandante Geral da Polícia Festeja Natal com crianças do Hospital Pediátrico de Luanda.
- 30** Comissário Chefe Kandela o 9º comandante da PGF
- 32** Declaro Paz nas Estradas

Olhar atento

Artigos de opinião

- 34** A segurança privada em Angola
- 38** A problemática dos menores em conflito com a Lei na Cidade de Luanda (parte II)

Entrevistas

- 46** Brigada de Segurança Escolar no Huambo em prontidão no asseguramento das Instituições de Ensino

Provincia

- 50** Uíge - Comandante Geral Visita As terras do Bago Vermelho

Internacional

- 52** Angola participa na 82ª reunião da Interpol
- 53** Mulheres polícias em conferência na África do Sul

Sociedade

- 54** Porque procurar um psicólogo
- 58** Violência doméstica, suas consequências

Segurança

- 60** CPL garante mais segurança em Luanda



62 A educação rodoviária -
O automóvel uma arma
perigosa

Formação

63 Chefe do Posto de Comando
Central conclui mestrado

64 Um bom exemplo

Efemérides

65 Mensagem de Felicitações do
2º Comandante Geral

66 Mensagem de Fim de Ano do
Comandante Geral

67 Filhos de Funcionários da Po-
lícia Nacional Festejam Natal

68 Íntegra do Discurso de Fim de
Ano 2013, do Ministro do Interior

Ordem Pública

72 Segurança Pública Durante a
Quadra Festiva

Desporto

73 Inter Clube forte e
Determinado

Curiosidades e Anedotas

Índice

Órgão de Informação e de Cultura do Comando Geral da Polícia Nacional



Tranquilidade



REVISTA TRANQUILIDADE

Publicação do Comando Geral da
Polícia Nacional. Ano 12 – Nº 16,
de Novembro e Dezembro de 2013.

CONSELHO EDITORIAL:

Comandante Geral da Polícia
Nacional, Comissário Geral
Ambrósio de Lemos, 2ºs
Comandantes Gerais, Comissário
Chefe Paulo de Almeida e Salvador
Rodrigues, Comissário Paulo
Francisco, Comissário Maurício
Alexandre, Comissário Arnaldo Carlos,
Subcomissário Aristófares Santos.

Director Geral

Subcomissário Aristófares Santos

Chefe de Redacção

Superintendente António Roque
Secretária de Redacção
Filomena Sanches

Redacção: Jorge Lemos (coorde-
nação), Albertina Eduardo, Hélio
Canda, Tomás Queta, Yolanda Dias,
Yuri Fragata, António Paulo,
Fula Martins, Teresa Campos

Colaboradores

Subcomissário Manuel Fernandes,
Superintendente Lutucuta
Intendente Figueira Maria Sonhe
Adilson Santos e Edilson Ferdinando

Fotografia: António Pedro,
João S. Manuel, José Roberto

Projecto gráfico e edição de arte

Carlos Roque e EAL

Propriedade

Comando Geral da Polícia Nacional
Sede: Bairro da Polícia, Luanda
Telefone: +244 222 010 600
e-mail:
gab.comun.imagem@hotmail.com
www.cgpn.gov.ao
http://facebook.com/
PoliciaNacionalDeAngola

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão e acabamento:

EAL - Edições de Angola Lda.
Rua Vereador Prazeres, n.º 41-43,
São Paulo Município do Sambizanga
Luanda - República de Angola

Textos: **António Paulo**Foto: **João Manuel**

BRIGADA ESPECIAL DE TRÂNSITO E COMANDO NACIONAL DA POLÍCIA DE GUARDA FRONTEIRAS COM SEDES MODERNAS

A Brigada Especial de Trânsito (BET) e a Polícia de Guarda Fronteiras tem novas instalações. As duas novas sedes modernas foram inauguradas pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente que augura maior eficácia na actividade policial.

Localizadas na via expressa Cacucaco-Cabolombo-Benfica, as duas novas instalações estão devidamente equipadas e vão conferir dignidade e maior eficácia à actividade da Polícia, tal como afirmou o vice-presidente da República, Manuel Vicente que cortou a fita e descerrou a placa das novas instalações da BET e da Polícia de Guarda Fronteira, que se encontram ladeadas.

Na presença do Ministro do interior Ângelo da Veiga, o vice-presidente, Manuel Vicente visitou as instalações da BET onde recebeu explicações do Comandante da

Subcomissário Hilário Timóteo destacou a formação dos efectivos, o trabalho de proximidade com a população “para o alcance da paz nas estradas”

Brigada, Hilário Timóteo, sobre o funcionamento dos novos equipamentos e da instituição.

Manuel Vicente disse acreditar que com as novas instalações e novos meios da Brigada Especial de Trânsito, “a corporação marca passos firmes para conseguir-se paz nas estradas do país, com a redução da sinistralidade rodoviária”. Para isso, continuou, “a Polícia conta com todos serviços concentrados no local, desde o departamento de Recursos Humanos até aos piquetes”, disse o vice-presidente da República.

Já o ministro do interior, Ângelo da Veiga, disse estar confiante que as novas instalações poderão imprimir uma nova dinâmica no sector policial.

Por sua vez, o Comandante da BET, Subcomissário Hilário Timóteo, mostrou-se confiante com o rumo que

corporação está a tomar para a melhoria da actuação da sua Brigada, o subcomissário destacou a formação contínua dos efectivos, o trabalho de proximidade com a população “para o alcance da paz nas estradas”, como os principais objectivos do seu mandato

Para o Subcomissário, a localização da unidade, “permitirá mudar situações que visam reverter os actuais níveis de sinistralidade rodoviária. Para tal, afirmou, a Brigada conta com equipamentos e tecnologias de ponta para travar essa tendência, que segundo o responsável vai assumindo níveis assustadores”.

No pátio das instalações da Polícia de Guarda Fronteiras (PGFA), Manuel Vicente e a sua comitiva, observaram igualmente, um conjunto de meios tecnológicos, adquiridos para as unidades que guardam as fronteiras do país. Tal como a BET, a Polícia de Guarda Fronteiras de Angola (PGFA), conta com tecnologias de nova geração de acordo com os presentes.

Há cinco anos que aquela corporação usa tecnologia “AFIS”, uma máquina para cadastro de reclusos e detidos que recorre ao sistema biométrico, segundo informações colhidas no local.

Os presentes ficaram ainda maravilhados ao ver voar um pequeno “quadricóptero” que possui quatro câmaras de filmagens e voa grandes altitudes para captar e recolher imagens

O equipamento, segundo disseram as nossas fontes, encontra-se disponível apenas em Luanda, Cabinda, Benguela e Kwanza-Norte. “Mas, os esforços estão a ser feitos para que os meios tecnológicos estejam disponíveis nas restantes províncias do país”, garantiu uma fonte da corporação.

No pátio estavam ainda um conjunto de dispositivos móveis incorporados com sistema biométrico que servem para situações de operação no terreno, bem como pequenos autocarros de marca Iveco com tecnologia que permite recolher imagens a longa distância.

Os presentes ficaram ainda maravilhados ao ver voar um pequeno “quadricóptero” que possui quatro câmaras de filmagens e voa grandes altitudes para captar e recolher imagens. O instrumento pode ser comandado a partir de qualquer lugar e fornece imagens em tempo real. “A vantagem do “quadricóptero” é que onde o efectivo não pode ir, por motivos de calamidade ou outra situação, ele pode transmitir imagens em tempo real sobre o que se passa no local”, explicou o Inspector-chefe Tomás Culolo da Guarda Fronteira.



Textos: **António paulo**
Fotos: **João Manuel**

ALERTA AOS REGULADORES DE TRÂNSITO SEGUNDO COMANDANTE GERAL EXIGE MAIOR RIGOR NA FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO

O índice elevado de sinistralidade rodoviária que se assiste no país está preocupar a Polícia Nacional. O segundo Comandante Geral da Corporação, Paulo Gaspar de Almeida reconhece haver falta de rigor na actuação dos reguladores de trânsito e exige mudança de comportamentos para uma melhor fiscalização e prevenção dos acidentes de viação no país.

O Segundo Comandante que discursava na abertura do quarto Conselho Consultivo da Brigada Especial de Trânsito (BET), realizado recentemente em Luanda, apelou aos efectivos da corporação a assumirem o seu papel de fiscalizadores.

“Temos constatado que muitos dos acidentes causam números excessivos de vítimas. Os carros transportam pessoas por excesso e que muitas vezes passam pelos nossos reguladores do trânsito. Esta é uma das falhas do nosso procedimento. Não actuar contra aqueles que excedem as normas que regulam a nossa movimentação rodoviária”, observou Paulo de Almeida.

Para o Comissário Chefe, a Polícia, não pode ser somente um elemento de prevenção, mas também de orientação e de aconselhamento. “Os agentes não actuam contra aqueles que excedem as velocidades. Não actuam contra aqueles que conduzem embriagados ou sobre efeitos de qualquer substância que descontrola o seu comportamento. Temos que assumir, para que possamos garantir maior segurança aos nossos utentes da via pública”, insistiu a segunda mais alta patente da Polícia Nacional em Angola.



Paulo de Almeida disse acreditar que o quarto Conselho Consultivo dos Brigadistas do Trânsito trará novas ferramentas de actuação. Porém, avisou que se as falhas persistirem, “haverá depuração nos órgãos de fiscalização do trânsito.

“Apressem-se em corrigir este comportamento porque a nossa vontade é nos próximos tempos, depurar aqueles que não compreendem a missão para os quais estão submetidos. Temos que nos preparar e auto criticar porque as vezes alguns dos nossos agentes quer do trânsito ou da BET têm sido uns mau exemplo para a Polícia”, observou o Comandante, para quem, a questão da sinistralidade é um dos assuntos que também preocupa o Governo Central.

Por outro lado, o comandante apontou a sinalização inadequada e a falta iluminação nas vias, como outro dos factores que contribuem para os índices elevados de acidentes rodoviários no país.

“Nos últimos tempos, constatamos que as nossas belas estradas construídas com muitos esforços estão a degradar-se devido a falta de manutenção e isto está a provocar acidentes. Temos constatado que muitas das nossas estradas nacionais não têm sinalizações adequadas Os sistemas de seguranças rodoviários muitas vezes não são observados. Temos que alertar as administrações sobre estas questões para que estes evidenciem esforços em dar solução”, apelou.



Carros transportam pessoas por excesso e muitas vezes passam pelos nossos reguladores do trânsito. Esta é uma das falhas do nosso procedimento



COMANDANTE GERAL VISITA UNIDADES POLICIAIS DE LUANDA

Textos: **Tomás Queta**
Fotos: **João Manuel**

O Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário Geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos realizou uma visita de campo, onde pode avaliar o funcionamento normal dos órgãos adstritos a Polícia Nacional nos municípios de Viana e Cacucaco, para verificar in loco as quantas anda o estado de operatividade das forças, bem como, o apetrechamento e construção de futuros Comandos, Divisões, Esquadras e Postos Policiais.

Na senda da sua visita, o Comandante Geral disse que a corporação encontra no cumprimento de um programa vasto de construção de obras, incluídas no PIB de 2011 à 2012, que estão em fase conclusiva, por este motivo, houve a necessidade de vir constatar o que tem, como já estão, e

quais as necessidades que irão ter para que possam dentro em breve inaugurar estas Unidades Policiais, afirmou.

“Dentro do Programa de Polícia de Proximidade, nós estamos aqui para em curto espaço de tempo finalizar com estes projectos, tendo em conta ainda a formação de mais algum efectivo, que já se encontram na Escola do Kapolo I, em breve irão acabar a sua formação, para depois serem distribuídos pelas Unidades que vão ser inauguradas”.

De acordo com Ambrósio de Lemos, com a distribuição de viaturas feita pelo titular do Ministério do Interior Ângelo de Barros Veiga Tavares, estas Esquadras estarão munidas de homens e meios para atender as exigências da população destas circunscrições de Luanda.

Unidades, Esquadras e Postos Policiais, vão ser construídas casas para os comandantes, de modo a estarem mais presentes e acompanhar mais de perto as acções operativas



“Os bairros estão a se estender, e nós temos que acompanhar este desenvolvimento e esta extensão de ocupação territorial pela população de Luanda, daí a necessidade da construção de novas Unidades e alo-cá-los com meios necessários para a sua mobilidade, quer dos Policiais para serviço, como dos chefes das Unidades, para deixarem de utilizar os meios que são operativos”, garantiu.

O Comissário-Geral anunciou, que nestas Unidades, Esquadras e Postos Policiais, vão ser construídas casas para os comandantes, de modos a estarem mais presentes e acompanhar mais de perto as acções operativas.

De realçar à alta patente da Corporação referiu que as obras abrangem todo país, serão todos cobertos pelo PIB, por exemplo, este ano foram contempladas muitas obras a nível nacional, neste momento vamos erguer nove direcções nacionais em curso, bem como Esquadras e Postos Policiais, apontou.

Segundo Ambrósio de Lemos na sua visita de constatação as futuras instalações do Comando de Protecção de Individualidades Protocolares, Unidade de Protecção Diplomática, Comando da Brigada Especial de Transito, da Polícia de Guarda Fronteira, Divisão de Viana, 42ª Esquadra da Pedreira, Posto Policial dos Seis, do Bita Progresso e do Belo Monte é um esforço naquilo que é o policiamento de proximidade e dar um sentimento de segurança aos populares, rematou.



EFFECTIVOS POLÍCIA TERMINAM NACIONAL APOSTA FORMAÇÃO NA FORMAÇÃO

Textos: **Yuri Fragata**
Fotos: **João Manuel**

O Comandante Geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos Freire dos Santos encerrou recentemente em Luanda, o curso de Práticas Intensivas de Ordem Pública, destinado ao pessoal proveniente das Forças Armadas Angolanas (FAA), que depois de terminarem o serviço militar, ingressaram voluntariamente na Polícia Nacional, reforçando desta feita, a capacidade operacional das forças de manutenção da Ordem Pública.

Este curso enquadra-se na estratégia de absorção de sinergias já dotadas de formação militar e visou dotar os formandos de conhecimentos atinentes à doutrina policial, no sentido de capacita-los e adaptá-los às complexas e específicas missões da Polícia.

Os finalistas que ingressam na grande família que é a Polícia Nacional, devem pautar a sua conduta aos princípios e as normas que regem o funcionamento desta instituição, lembrando sempre que é exigido de todos nós uma atitude íntegra e responsável, quer em serviço ou fora dele para que o prestígio e bom nome da corporação não sejam manchados por actos indecorosos e irresponsáveis de qualquer um dos seus membros a quem o Regulamento de Disciplina e as Leis em vigor no país serão aplicados com mais rigor em função da nossa condição de Agente da Autoridade”, anunciou o Comissário Geral.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Cento e trinta e cinco efectivos da Polícia Nacional concluíram na Escola Nacional de Ordem Pública, em Luanda, cursos de fiscalização aduaneira, superação de chefes de trânsito e condutores auto e motociclistas.

O acto de encerramento dos cursos foi presidido pela Comandante Nacional da Polícia Fiscal, Comissário Maria Madalena Vieira Dias Gâmbôa, em representação de sua excelência Comandante-geral, Ambrósio de Lemos Freire dos Santos.

Pronunciando-se, durante o acto, esta alta patente referiu que, os cursos demonstram a preocupação do Comando-Geral da Polícia Nacional, em elevar os níveis de formação dos efectivos, no intuito de garantir melhores serviços à população, “estes cursos e outros que decor-

Os finalistas que ingressam na grande família que é a Polícia Nacional, devem pautar a sua conduta aos princípios e as normas que regem o funcionamento desta instituição

reram noutros estabelecimentos de ensino policial demonstram a materialização do Programa de Modernização e Desenvolvimento (PMD) em curso na corporação”.

Maria Gâmbôa exortou aos efectivos que vão contribuir na fiscalização do trânsito, a uma reflexão profunda sobre a problemática do trânsito automóvel, fundamentalmente na província de Luanda, que regista um elevado número de acidentes de viação, vitimando diversos cidadãos.

O curso de fiscalização aduaneira, que contou com 91 finalistas, teve uma carga horária de 490 horas e desenvolveu-se em termos curriculares com um total de 12 disciplinas, nomeadamente o papel e responsabilidade da Polícia Fiscal, contencioso aduaneiro, técnica de expediente, fiscalização terrestre, aérea, marítima e fluvial, fiscalização de exportação de petróleo e gás,





papel e responsabilidade das Alfandegas, ordem unida, continência e honras militares e defesa pessoal.

Já o curso de superação de chefes de trânsito teve uma carga de 300 horas e os formandos, num total de 18, lidaram com disciplinas relativas à ética e deontologia, comunicação social, informação e análise, regulação operativa, vigilância e patrulhamento, registo de veículos, entre outros.

Ao curso normal de condutores auto e motociclistas que foi o terceiro a ser ministrado participaram 30 formandos dos quais 5 femininos e 25 masculinos, que absorveram assuntos ligados ao Código de Estrada, Mecânico Auto, condução prática, prevenção e técnica de segurança rodoviária e manutenção.

Os cursos, que tiveram a duração de seis meses, decorreram na Escola Nacional de Ordem Pública, sob orientação de especialistas cubanos e angolanos.

“ENSINO POR EXCELÊNCIA”

INSTITUTO MÉDIO DE CIÊNCIAS POLICIAIS

FORMA 696 TÉCNICOS EM OITO ANOS

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais “Osvaldo Serra Van-Dúnem” formou, em oito anos, 696 técnicos policiais vindos das diversas províncias do país e do Centro Polivalente Nzoji, instituição que se dedica à formação básica para filhos órfãos de pais policiais.

A informação foi prestada pelo Director da Instituição de Ensino Policial, Sub-comissário Alberto Limão, adiantando que os técnicos policiais, por sinal os primeiros formados no país, se encontram colocados em distintas áreas de enfrentamento policial a emprestar o seu saber.

O oficial salientou, que a formação compreendeu três

Técnicos policiais lidaram igualmente com matérias ligadas à preparação combativa, ordem unida, defesa policial, armamento e tiro, marcha forçada, entre outros.



componentes, nomeadamente a de formação geral, jurídica e de instrução policial.

Durante a formação, os técnicos policiais lidaram igualmente com matérias ligadas à preparação combativa, ordem unida, defesa policial, armamento e tiro, marcha forçada, entre outros.

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais, “Osvaldo Serra Van-Dúnem”, inaugurado em Fevereiro de 2006, também ministra cursos de especialização e actualização, sendo que neste ramo foram ministrados 132 nas especialidades de formação pedagógica de instrutores, informação e análise, manutenção da ordem pública, investigação criminal e criminalística.

A par destes, foram também ministrados cursos de análise de inteligência criminal e investigação de diamantes e pedras preciosas, no âmbito da Organização dos Chefes de Polícia da África Austral (SARPPCO), formação de instrutores em investigação criminal, gestão de grandes eventos, Serviço de Migração e Estrangeiros, planeamento operacional e formação de oficiais.

O ISPCP ministrou igualmente, um curso de pós-graduação em direcção estratégica de enfrentamento, realizado sob os auspícios do Instituto Superior do Ministério do Interior de Cuba.

Tais acções formativas, segundo o Sub-comissário Alberto Limão, permitiram a formação de 4.879 efectivos dos órgãos do Ministério do Interior e das Polícias da República da Guiné Equatorial, Guiné Bissau e SARPPCO.

Alberto Limão acrescentou que este número, acrescido aos 696 técnicos médios, totaliza 5.575 efectivos já formados naquele instituto.

O ISPCP conta actualmente com 64 docentes, entre nacionais, que constituem a maioria, e estrangeiros de nacionalidade portuguesa, cubana, espanhola, russa e israelita.

A instituição possui 54 salas de aulas, laboratórios de informática forense, química, documentoscopia, balística, retrato falado, foto e vídeo, traçologia, dermatoscopia, trânsito e de línguas. Possui igualmente dormitórios com capacidade para 1000 alunos.

O IMCP é o estabelecimento de ensino que tem por missão formar efectivos da Polícia Nacional, promover o seu aperfeiçoamento permanente e realizar, coordenar ou colaborar em projectos de investigação e desenvolvimento policial.

Criado ao abrigo do Decreto executivo conjunto número 62/10 dos ministros do Interior e da Educação, o IMCP constitui a materialização de um dos objectivos traçados no Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional, com vista a elevar o nível profissional e académico dos efectivos da corporação e cooperar com outras congéneres policiais, principalmente da SADC e CPLP.



Textos: **Fula Martins**
Fotos: **João Manuel**

CAVALARIA APOIA ACÇÕES DE POLÍCIAMENTO

O Comandante-geral da Polícia Nacional, Comissário-geral, Ambrósio de Lemos disse em Luanda, que o Conselho Consultivo da Polícia de Cavalaria e Cinotecnia representa a materialização de mais uma preocupação do Comando-geral no desenvolvimento desta especialidade que apoia os demais órgãos operativos nas tarefas de reposição da ordem, com particular realce para o patrulhamento do casco urbano e periférico, e para o policiamento dos recintos desportivos e outros objectivos estratégicos.

Falando no II Conselho Consultivo da Polícia de Cavalaria e Cinotecnia, que decorreu sob o lema “Com a dinâmica na manutenção da ordem e tranquilidade

consolidemos os resultados de expansão da Cavalaria e Cinotecnia em todo território nacional”, o comissário-geral referiu que a Polícia de Cavalaria tem uma longa trajetória que exprime, por si só, a dimensão histórica e estratégica do seu objecto social.

“É neste espírito que pretendemos otimizar as duas valências (Cavalaria e Cinotecnia) no quadro das atribuições e definir o alargamento das suas acções ao patrulhamento fronteiriço, no exercício do serviço da guarda honorífica, na detecção de armas, explosivos, drogas, operações de busca e salvamento, e nos serviços de guarda de presos e de guia dos deficientes visuais, entre outras”.

O responsável da Polícia Nacional acrescentou que a

“Com a dinâmica na manutenção da ordem e tranquilidade consolidamos os resultados de expansão da Cavalaria e Cinotecnia em todo território nacional”



especialidade tem vários desafios, um dos quais é o contributo na segurança ao Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, que vai acolher pessoas de várias nacionalidades, sensibilidades e culturas.

Desafios da Polícia

O Comando da Polícia de Cavalaria e Cinotecnia dispõe de unidades nas províncias de Benguela, Cabinda, Huíla, Huambo e um destacamento na fronteira do Cunene. Em função da extensão territorial, estão em criação unidades em Malange, Lunda-Sul, Namibe e Cunene. Os participantes no Conselho Consultivo analisam o grau de cumprimento das orientações baixadas na reunião do I Conselho Consultivo Alargado, a apresentação do relatório de actividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2013 e a informação sobre a execução do plano temático das acções programadas para o período 2013/2017.

O II Conselho Consultivo, que terminou ontem, foi orientado pelo Comissário José Carlos de Mendonça Teixeira Carmo, Comandante da Polícia de Cavalaria e Cinotecnia. Foi uma oportunidade para o efectivo abordar os mecanismos para melhorar os seus métodos de actuação.





POR TODO O PAÍS

Polícia expande unidades de cavalaria e cinotécnica

Textos: **Tomás Queta**

Fotos: **João Manuel**

O Comandante da Polícia de Cavalaria e Cinotécnica, Comissário José Teixeira do Carmo anunciou na cidade de Luanda, a expansão das unidades de cavalaria e cinotécnica em todo o território nacional.

O Oficial Comissário da Polícia Nacional que falava terça-feira na cerimónia de encerramento do segundo Conselho Consultivo Alargado da Polícia de Cavalaria e Cinotécnica, afirmou que vão ser consolidadas as unidades já existentes e criadas outras nas províncias que possuem aeroportos internacionais, portos e que fazem fronteira com outros países, para prevenir e com-

bater a imigração ilegal, o tráfico de droga e de armas.

O Comissário José Teixeira do Carmo salientou que, em função do processo de extensão da actividade por todo o país, estão já a ser criadas unidades em Malange, Lunda-Sul, Namibe e Cunene.

O responsável pela Polícia de Cavalaria declarou que o Comando-Geral da Polícia Nacional teve ganhos com a extensão da especialidade policial a nível dos Comandos provinciais e de outros órgãos do Ministério do Interior.

Na sua opinião, a formação e capacitação dos efectivos é uma das principais prioridades da Polícia de Ca-

Com a dinâmica na manutenção da ordem e tranquilidade consolidamos os resultados de expansão da Cavalaria e Cinotécnica



Estão já a ser criadas unidades em Malange, Lumda-Sul, Namíbe e Cunene

valaria e Cinotecnia para que os seus agentes tenham conhecimentos sobre as novas técnicas de manutenção da ordem pública.

O Comandante da Polícia de Cavalaria e Cinotecnia disse ser importante que os órgãos da Polícia Nacional saibam ler os sinais dos tempos, procurando analisar as ameaças à paz social e encontrar as melhores soluções para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

José Teixeira do Carmo assegurou para o quinquénio 2013/2017, a execução de um processo de formação e refrescamento dos efectivos de modo a adequá-los aos métodos e técnicas modernas com vista ao reforço da manutenção da ordem pública.

“As sugestões aqui levantadas vão contribuir para a melhoria que se deseja da segurança e tranquilidades públicas dos cidadãos nacionais e estrangeiros”, assegurou o oficial comissário da Polícia Nacional.

O Segundo Conselho Consultivo foi orientado pelo Comissário José Teixeira do Carmo e analisou o grau de cumprimento das orientações saídas do primeiro Conselho e aprovou o relatório das actividades desenvolvidas no primeiro semestre e o plano das acções programadas para o período 2013/2017.

“OPERAÇÃO JIBÓIA” APREENDIDAS TONELADAS DE MEDICAMENTOS CONTRAFEITOS

Textos: **Fula Martins**

Mais de 80 toneladas de medicamentos contrafeitos foram apreendidas e 67 cidadãos nacionais e estrangeiros detidos pela Polícia Nacional, durante a “Operação Jibóia”, realizada de 1 a 3 de Outubro, em todo o país.

No âmbito da operação, foram vistoriados 195 estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares e pontos fronteiriços. A província de Luanda, com apreensão de 32.000 quilos de medicamentos liderou a lista, seguida pelas províncias do Huambo e Huíla, com 24.000 e 12.000 quilos respectivamente.

O segundo Comandante-geral da Polícia Nacional, Comissário-chefe, Paulo Gaspar de Almeida disse que a “Operação Jibóia”, realizada em simultâneo com os países membros da SADC, a INTERPOL e coordenada pela Polícia Nacional, teve resultados positivos.

Falando no acto de encerramento da operação, o Comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida disse que os objectivos de proteger os cidadãos contra o perigo dos medicamentos contrafeitos ou falsificados foram alcançados.





Muitos cidadãos nacionais e estrangeiros foram detidos pela Polícia Nacional

“Os resultados são esclarecedores sobre o perigo que o país corre com a introdução e comercialização destes fármacos no sistema de assistência pública de saúde”, disse Paulo Gaspar de Almeida.

O segundo Comandante-geral da Polícia Nacional disse ser necessário reforçar a capacidade operacional dos órgãos vocacionados para o combate a este tipo de ilícito, bem como a reformulação da legislação inerente ao tráfico, comercialização ilícita e contrafacção de medicamentos.

Paulo Gaspar de Almeida apelou ao sector da Saúde para se trabalhar na criação de laboratórios especializados para o controlo da qualidade dos fármacos. O responsável da Polícia Nacional assegurou que a operação terminou, mas continuam as responsabilidades da corporação de prosseguir tais acções em conjunto com as inspecções de controlo dos produtos farmacêuticos.

“A operação constituiu uma experiência positiva, permitiu partilhar informações de interesse operativo, sobretudo o actual “modus operandi” que os prevaricadores usam, as rotas do tráfico e seus agentes.”

O Comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida elogiou a realização da “Operação PANGEA - 6”, coordenada pela Organização Mundial das Alfândegas, decorrida no mês de Junho, em 18 países da África Austral e que visou o desmantelamento de redes de comercialização de medicamentos ilegais.



Textos: **Filomena Sanches**

OPERAÇÃO JIBÓIA ATINGE OBJECTIVOS PRECONIZADOS ANGOLA PARTICIPA NA REUNIÃO FINAL EM LIVENGSTONE/ZÂMBIA

Uma delegação multisectorial constituída por representantes da Interpol de Angola, Polícia Económica, Inspeção Geral da Saúde e das Alfandegas, chefiada pelo Subcomissário Carlos Manuel Alves, Director Nacional adjunto da Direcção Nacional de Inspeção das Actividades Económicas, participaram da reunião final da Operação Jibóia, em Livengstone/Zâmbia, nos dias 21 e 22 de Novembro do corrente.

Para além de Angola participaram da reunião outros países como, Malawi, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia (país anfitrião).

A reunião teve como objectivos principal apresentar os resultados da operação em referência, partilhar experiências operacionais entre os países, trocar informa-

participaram da reunião outros países como, Malawi, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia (país anfitrião)





ções e melhorar a cooperação entre os participantes para futuras acções multidisciplinares.

Durante o encontro os participantes apresentaram os relatórios da operação realizada em simultâneo de 1 a 3 de Outubro do corrente, onde constataram que os principais produtos apreendidos foram os Antimicribianos, antimaláricos, Analgésicos, Medicamentos Naturais, Medicamentos para disfunção erétil e as infracções com mais relevância foi a venda de medicamentos em locais impróprios, venda de produtos expirados, exercício das actividades farmacêuticas ilegais, contrafacção de medicamentos e a venda dos mesmos com prospecto em língua estrangeira.

Durante a reunião constatou-se que os medicamentos contrafeitos são provenientes da China, República Democrática do Congo, Paquistão e Zâmbia.

No final, os participantes concluíram que o resultado da operação Jibóia foi satisfatório, possibilitou a troca de experiência e a cooperação entre os diferentes organismos de controlo e fiscalização nos respectivos Países, recomendando que operações do género devam continuar, pois visam proteger a saúde pública.

**principal
apresentar
os resul-
tados da
operação em
referência,
partilhar
experiências
operacionais
entre os pai-
ses, trocar
informações
e melhorar a
cooperação
entre os
participan-
tes para
futuras
acções
multidisci-
plinares**





Textos: **Hélio Canda**
Fotos: **João Manuel**

POPULAÇÃO ENTREGA DE FORMA VOLUNTÁRIA MAIS DE 75 MIL ARMAS

Esta afirmação foi feita no acto central da Semana Internacional do Desarmamento, pelo Secretário de Estado do Ministério do Interior, Eugénio Laborinho, em representação do Coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, sua Excelência Ministro do Interior Ângelo de Barros Veiga Tavares.

“Trata-se de um acto de extremo significado, porquanto, como sabem, a semana internacional do desarmamento, tem em conta os esforços de paz mundial e, conseqüentemente a garantia da segurança interna à nível dos Estados-Membros das Nações Unidas que aprovaram a resolução S-10/2, de 1978, sobre o desarmamento em relação às armas de destruição em massa, nomeadamente, as biológicas, as químicas, nucleares ou mísseis, e também das armas convencionais, tais como; as de fogo e as minas”, disse.

De acordo com o Secretário de Estado, o desarmamento da população civil em Angola, ainda é um problema, porquanto, ainda se registam algumas práticas criminais com envolvimento de armas de fogo, o que dá a sensação de que existem ainda muitas armas por se recolher.

“É importante aqui referir, que no domínio interno e externo, o país tem envidado esforços tendentes a redução do espectro da proliferação de armas de fogo, assim como, tem realizado várias campanhas de sensibilização, com vista a desarmar as mentes”, anunciou.

Dando sequência, Eugénio Laborinho disse o seguinte, “merece, entretanto, particular destaque os resultados satisfatórios até aqui alcançados, neste domínio, sendo



que, de Março de 2008 à 15 de Outubro de 2013, foram já recolhidas um total de 87989 armas de fogo de diversos calibres, o que é um resultado inequívoco do êxito do programa de acção do Executivo angolano, para o desarmamento da população civil, de referenciar, que mais de 75.945 armas foram entregues de forma voluntária, sendo isto, o manifesto de adesão e resposta positiva, da sociedade civil neste processo”, acrescentou.



Eugénio Laborinho disse o seguinte, merece, entretanto, particular destaque os resultados satisfatórios até aqui alcançados

Este acto central é um resultado que encerra um leque de actividades, destacando as palestras, as acções de sensibilização através dos órgãos de comunicação social, que decorrem em todo o território nacional, num contexto universal, tendo em conta que o desarmamento se traduz numa estratégia de manutenção e consolidação da paz e da democracia.

O Secretário de Estado exortou a todos, a nível da Comissão Nacional de Desarmamento para não cessarem o seu trabalho nas acções de sensibilização, tendentes a consciencialização e ao desarmamento das mentes, para isso, disse contar com o envolvimento de toda a sociedade nesse processo, onde a entrega voluntária de ser o paradigma da campanha, não obstante as acções complementares de recolha coerciva.

“Mais uma vez, agradecemos a população sobre a sua participação na denúncia dos detentores ilegais de armas de fogo e, igualmente, aproveito saudar a todos, que de alguma maneira contribuem para desarmar as mentes, em ordem a convivência social pacífica entre as várias nações do mundo”, arrematou.



Textos: **Teresa Campos**
Fotos: **João Manuel**

MINISTÉRIO DO INTERIOR ENCERRA EMPRESAS PRIVADAS DE SEGURANÇA

O ministério do Interior, encerrou recentemente, em Luanda, onze empresas privadas de segurança, por exercício ilegal da actividade.

De acordo com um comunicado de imprensa do Gabinete de Informação e Análise do órgão (GEIA), foram constatadas várias insuficiências e irregularidades na actividade destas empresas, como, a participação de agentes seus no cometimento de crimes diversos, débil controlo do pessoal, armamento sob sua tutela e a não assumpção da sua condição de subsidiariedade à Polícia Nacional de acordo com o decreto nº 19/92, de 31 de Julho.

O documento refere que, no dia 06 de Agosto do corrente ano, o ministro do Interior, Ângelo Veigas Tavares

Ministério do Interior, considera imperioso que a actividade de fiscalização e controlo prossiga para que a lei seja respeitada e cumprida

realizou um encontro com responsáveis das referidas instituições estabelecendo um período de trinta dias, a contar daquela data, para que a PN procedesse o levantamento da real situação das mesmas e orientando o reforço do controlo e fiscalização da actividade de todas as empresas privadas de segurança e sistemas de autoprotecção, bem como, a actualização e controlo das armas de fogo e do pessoal.

Verificou-se a existência de um fraco trabalho de acompanhamento e fiscalização, diz a nota, o que permitiu que algumas instituições privadas de segurança, apesar de possuírem infra-estruturas e meios adequados funcionassem de forma irregular, enquanto que





outras, funcionavam com ou sem autorização, mesmo não reunindo as condições mínimas exigidas por lei.

A PN foi orientada para que em coordenação com as empresas representativas do sector, procedam a identificação das armas de fogo orgânicas para utilização pelas empresas privadas de segurança, com vista a estabelecer um mecanismo gradual de substituição das existentes, que deverão ser entregues às FAA e a PN, bem como coordenar com estes e com os órgãos competentes do Estado, no sentido de serem acauteladas eventuais situações de desemprego de trabalhadores afectos às empresas encerradas e incentivar a criação de um mecanismo representativo dos empresários deste sector que sirva de interlocutor junto do ministério do Interior.

Foi ainda orientada no sentido de em coordenação com empresas privadas de segurança comece a dar passos que conduzam à implementação dos aspectos inovadores con-

Polícia Nacional procedesse o levantamento da real situação das mesmas e orientando o reforço do controlo e fiscalização da actividade

tidos no projecto de lei tão logo a mesma seja aprovada.

Refere-se, no entanto, que, das acções levadas a cabo pela PN, há a destacar o encerramento das onze (11) empresas privadas de segurança, a apreensão neste período de 177 armas de fogo, 163 carregadores, 920 munições, 70 rádios de comunicações, 435 cassetes, 07 detectores de metal e 06 pares de algemas.

Neste sentido, o Ministério do interior considera imperioso que a actividade de fiscalização e controlo prossiga para que a lei seja respeitada e cumprida e apela a compreensão e colaboração de todos, denunciando aqueles actos praticados em contravenção ao que está legalmente estatuído.

O ministério do interior reitera a sua disposição de colaborar com todas as Empresas Privadas de Segurança e Sistemas de Autoprotecção, enquanto forças colaborantes e parceiras da PN, na árdua tarefa de manutenção da ordem e tranquilidades públicas.

COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA FESTEJA NATAL COM CRIANÇAS DO HOSPITAL PEDIÁTRICO DE LUANDA

Textos: **Jorge Lemos e João Manuel**
Fotos: **João Manuel**

O Comandante Geral da Polícia Nacional, comissário geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos realizou uma acção filantrópica no Hospital Pediátrico David Bernardino, por ocasião da quadra festiva, onde durante duas horas percorreu aquele estabelecimento hospitalar especializado no tratamento de crianças com falciformação, nome dado a doença hereditária que causa a malformação das hemácias (Glóbulo vermelho do sangue).

A sua chegada, Ambrósio de Lemos que se fez acompanhar de altas patentes da Polícia Nacional, foi recebido pelo administrador do hospital que efec-

tuou uma radiografia completa das valências ao local.

De igual forma teve um encontro com o patrono, Dr. David Bernardino que agradeceu o gesto da corporação.

De salientar que a Polícia Nacional tem procurado estreitar relações com as comunidades, criando premissas para uma maior e melhor interacção entre a Polícia e a sua comunidade, em nome do bem comum. Na verdade estas técnicas de proximidade visam a responsabilização do cidadão na sua própria segurança e isso permite um maior e melhor conhecimento dos problemas sociais que os cidadãos enfrentam e faz com que os mesmos passem a ter mais confiança nas instituições policiais.

Realmente precisamos ter uma Polícia cada vez mais próxima dos cidadãos





Na ocasião, Ambrósio de Lemos afirmou que a Polícia hoje não deve ser vista como uma força para a repressão, e sim como uma força proactiva, que se antecipa aos problemas e cria as premissas para os resolver, evitando que os males ocorram. “Realmente precisamos ter uma Polícia cada vez mais próxima dos cidadãos, e foi por isso, que o Comandante Geral da corporação fez questão de levar consigo altas patentes da instituição que dirige, entre eles o chefe do Departamento Nacional de Educação Moral e Cívica, Comissário Maurício Alexandre, o Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise, Comissário Arnaldo Carlos, o Porta-voz da Polícia Nacional, Subcomissário Aristófares dos Santos, entre outros oficiais. Uma actividade realizada no âmbito das estratégias de proximidade policial.

As crianças são o futuro. E para os responsáveis do Hospital Pediátrico as crianças que entram diariamente não são vistas de maneira diferente.



Textos: **Adilson Lutukuta**

MOMENTO HISTÓRICO COMISSÁRIO-CHEFE KANDELA: O 9.º COMANDANTE DA PGF

A Polícia de Guarda Fronteiras vive um dos momentos mais importantes da sua história, ao assinalar a recepção do Comissário-Chefe António Pedro “Kandela”, como seu nono Comandante, cuja cerimónia de apresentação, esteve à cargo do Comissário-Geral, Ambrósio de Lemos Freire dos Santos.





O acto de empossamento que serviu igualmente para a entrega de pastas, decorreu na Sala Operativa do Comando Nacional da referida organização policial. A cerimónia foi presidida pelo Comandante Geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos e testemunhada pelo Director Nacional de Recursos Humanos, o Comissário Luís da Fonseca Cadete, 2º Comandante Nacional e pelo Chefe de Estado-Maior, os Sub-comissários João Baptista Martins Ginga de Almeida e Delfim Calulu Inácio, ambos da PGF, além dos membros do Conselho Consultivo Normal.

Na sua breve e objectiva intervenção, o Comandante Geral da Polícia Nacional encorajou o novo “pastor” da PGF na sua nova função, classificando-a como “nobre, mas espinhosa”. O mais alto mandatário da PN, aproveitou a ocasião para descrever as qualidades individuais e profissionais do então Comandante Provincial do Namibe.

“O camarada António Pedro “Kandela” é um bom trabalhador. Já foi Comandante em várias províncias deste país. A sua colocação aqui no Comando Nacional da Polícia de Fronteiras é sinónimo de confiança por parte do Executivo angolano”, acrescentou o Comissário Geral, O Comissário-Chefe “Kandela”, tal como é carinhosamente chamado nas lides policiais e não só, substituiu no cargo o também Comissário-Chefe Alberto Jorge Antunes “Jojó”, nomeado ao Cargo de Director do Gabinete de Inspeção da Polícia Nacional, a quem foram rasgados sinceros elogios.

“Ao Comissário-Chefe “Jojó” temos apenas a parabenizar pelos feitos alcançados durante os dez anos que dirigiu os destinos deste Órgão. Nós, Comando Geral e o Executivo, estamos satisfeitos com o esforço e elevado grau de patriotismo demonstrados ao longo deste tempo. Portanto, e por inerência de funções que o mesmo deixa este cargo”, esclareceu o número um da PN, pedindo de seguida, salva de palmas para o novo Chefe da Inspeção da Polícia Nacional.

O Comissário-Chefe Alberto Jorge Antunes “Jojó” dirigiu os destinos da PGF desde 2003 a 2013, e dos feitos por si protagonizados destacam-se a construção do novo Comando Nacional, a formação de Oficiais de Estado-Maior, Reconhecimento e Informação, Informação e Análise, além dos três cursos básicos de polícia, na especialidade de fronteiras e um de Ordem Pública ministrado aos efectivos da província do Bengo.

Além do Comissário-Chefe Alberto Jorge Antunes “Jojó”, a Polícia de Guarda Fronteiras foi igualmente dirigida pelo então Tenente-General Manuel Augusto da Silva “Esperança do Povo”, Capitão Glória Capita “Victória”, pelos Sub-Comissários António Martins de Sousa “Kipacassa”, Moisés Agostinho “Kale”, Paulo Gaspar de Almeida (actualmente Comissário-Chefe, exercendo a função de 2º Comandante da PN), Maurício Alexandre e o Comissário Francisco Ferreira Paiva, hoje Comandante Provincial do Bengo.

“O camarada António Pedro “Kandela” é um bom trabalhador. Já foi Comandante em várias províncias deste país. A sua colocação aqui no Comando Nacional da Polícia de Fronteiras é sinónimo de confiança por parte do Executivo angolano”

DECLARO PAZ NAS ESTRADAS

Textos e Fotos: **Yuri Fragata**

Com este lema, o Ministério do Interior coadjuvado Pelo Comando Geral da Polícia Nacional e a Direcção Nacional de Viação e Trânsito realizaram a 5ª edição da Feira dos Acidentes que terminou com uma marcha iniciada no Largo das Heroínas e culminou no Largo do Soweto.

Segundo dados avançados durante a abertura da Feira dos Acidentes, nas estradas de Angola, de Janeiro a Novembro de 2013, morreram três mil e cinquenta e sete pessoas, em consequência de doze mil e noventa acidentes, onde fizeram ainda onze mil e quatrocentos e setenta e cinco feridos.

Do número de pessoas que padeceram nas estradas do país, as causas foram atropelamentos, colisões en-

Precisamos do vosso apoio para que as nossas populações cheguem a casa em segurança, isso é possível cumprindo as regras do Código de Estrada

tre veículos e motociclos, choques em obstáculos fixos, capotamentos seguidos de despistes.

Na ocasião, o Secretário do Estado do Interior, Eugénio Laborinho em representação de Sua Excelência Ministro do Interior, Ângelo de Barros veigas Tavares, ao encerrar o certame, chamou a atenção para os prejuízos que os acidentes têm estado a provocar ao longo das estradas do país.

“Lançamos um apelo a todos os utilizadores das estradas, nomeadamente, os condutores de automóveis, motociclos, velocípedes e aos peões, no sentido de refletirem como se morre precocemente nas estradas, e sobre a tristeza que desenvolve quando perdemos um ente querido, aos jovens em particular, que representam 75



por cento da população de autistas e mais de 80 por cento dos sinistrados rodoviários, devem cumprir com a regra do Código de Estrada, não consumindo bebidas alcoólicas e usando o capacete de protecção no exercício da condução de motociclos, e acima de tudo controlem os impulsos de aderirem ao excesso de velocidade”, anunciou.

Eugénio Laborinho pediu aos condutores de veículos pesados de mercadoria e passageiros, mais responsabilidade no decorrer das suas actividades, “precisamos do vosso apoio para que as nossas populações cheguem a casa em segurança, isso é possível cumprindo as regras do Código de Estrada, a sociedade e a família em geral, pedimos encarecidamente que se juntem a nós, e combatamos este mal que está a enfermar a nossa sociedade”, o Ministério do Interior abraçou a causa, e por intermédio do Comando Geral da Polícia Nacional tem desenvolvido acções conducentes para alterar o quadro, realizando campanhas de prevenção a Sinistralidade Rodoviária. Paz nas estradas, é a palavra de Ordem para nós angolanos”, disse.

De acordo com o Comissário-chefe, Paulo Gaspar de Almeida que também participou da marcha, existe uma comissão de ordenamento rodoviário, coordenada por sua excelência vice-presidente da República de Angola, Manuel Vicente, para banir este fenómeno nas vias, “é verdade que o nível de sinistralidade é bastante alto e

nas estradas de Angola, de Janeiro a Novembro de 2013, morreram três mil e cinquenta e sete pessoas, em consequência de doze mil e noventa acidentes, onde fizeram ainda onze mil e quatrocentos e setenta e cinco feridos.

preocupante, porque o parque automobilista é vasto, o número de automobilistas aumentou, e estamos naquela ânsia de viajar sem ter os cuidados de prevenção rodoviária que devia começar da base, mas garanto que com o esforço do Executivo, vamos inverter este fenómeno”.

Paulo Gaspar de Almeida salientou que a pessoa humana tem que estar consciente quando vai para via pública, seja peão ou automobilista e tem que cumprir com as regras estipuladas por lei.

Esta alta patente da Polícia Nacional arrematou que quando se está na rodovia não se deve beber, falar ao telemóvel, conduzir cansado, embriagado, nem exceder a velocidade estipulada pelo Código de Estrada, se colocarmos estas condutas em prática, vamos reduzir as causas das mortalidades na via pública.

É de realçar que desde 2005, o número de mortes em resultado dos acidentes de viação tem aumentado assustadoramente, segundo dados do Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito, as perdas de vidas humanas em acidentes rodoviários no país subiram em cerca de quinhentas mortes entre 2005 a 2011 para perto de quatro mil desde 2012, o que faz da sinistralidade rodoviária a segunda causa de morte no país, superando inclusive os homicídios voluntários.

Participaram da marcha, estudantes, médicos, militares, policiais, entidades religiosas e várias ONGS.





Subinspector:
Adilson Santos

olhar atento

artigos de opinião

A SEGURANÇA PRIVADA EM ANGOLA



Caracterizado pelo exercício do livre arbítrio e pela procura constante de satisfação das suas múltiplas e ilimitadas necessidades, tendo em conta a hierarquia de *Maslow*, o homem encontra melhor resposta a estes anseios organizando-se em sociedade". Desta espontaneidade de organização emerge um Estado, que é a maior e talvez a melhor forma de organização do homem de Aristóteles - animal social - movido por um contrato-social de Rousseau, sem a pretensão da existência de um *Leviatã* de Thomas Hobbes. O homem unicamente procura sentir-se protegido por um corpo superior e legitimado por ele. Para além da mais essencial e desejada segurança, por ser a condição necessária para a efectivação das demais funções, o Estado deve garantir justiça e bem-estar à sua sociedade.

A segurança hodiernamente sofre várias mutações, adaptando-se à realidade de cada sociedade que expressa o seu sentimento objectivo ou subjectivo de segurança através das suas necessidades de segurança, e a deslocação dos seus recursos escassos para a prevenção e precaução de perigos e riscos prioritários. A segurança adquire a forma de bem público e direito fundamental, transformando-se numa actividade do Estado angolano¹ e consagrada na Constituição da República de Angola, art.º 32º, no capítulo dedicado aos Direitos, Liberdades e Garantias. Aquela garante a protecção dos direitos individuais e assegura o pleno e livre exercício da cidadania, sem que haja uma contra-posição da segurança face à liberdade, pois a primeira é condição para o exercício da segunda.

Com a crise do Estado social e "após a queda do Muro de Berlim, resta o capitalismo social, pelo que acelera-se o fenómeno de privatização funcional da Administração Policial" (Pedro Clemente, 2004:352). Em Angola este paradigma teve o seu início formal com a aprovação da Lei de Segurança Privada, em Julho de 1992.

Distinta da pública e complementar a esta, "a segurança privada constitui uma actividade de natureza privada, fundamentalmente desenvolvida por empresas

de segurança privada publicamente autorizadas, no cumprimento de contratos de prestação de serviços com os interessados em beneficiar os seus serviços" (Pedro Gonçalves, 2005:372). É caracterizada por três aspectos fundamentais: em primeiro é um sector de serviços que actua sob o modo do mandato ou contrato dos particulares; em segundo lugar é um sector de serviços orientado por uma filosofia preventiva de perigos que possam ofender a vida e a integridade física dos contratantes, bem como protecção da propriedade material e imaterial; por fim, é um sector de serviços orientado para o lucro, sujeitando-se as leis da oferta e da procura.

O legislador define segurança privada como a actividade vocacionada a "protecção de bens móveis, imóveis e serviços; vigilância e controlo do acesso, permanência e circulação de pessoas em instalações, parques, coutadas e reservas de animais abrangidos pelas concessões no quadro da privatização empresarial, edifícios e locais fechados ou vedados, nos termos da lei ao público em geral; a elaboração de estudos de segurança, o fabrico e comercialização de material de segurança e respectivos equipamentos técnicos; a vigilância e protecção às embaixadas e consulados acreditados no país"; através do recurso a serviços prestados por terceiros ou pela criação de um sistema de auto protecção². Este é o conceito legal³ de segurança privada no nosso ordenamento jurídico.

Desde logo, existe um limite teleológico e funcional da segurança privada, que só pode ter por objecto a segurança interna, jamais a segurança externa do Estado angolano. Mas os grandes limites de actuação encontram-se definidos no leque de possibilidades previstas na Lei n.º 19/92, de 31 de Julho, no seu capítulo I, sendo que, a partir do momento em que excedam estes limites ou desvirtuem a sua finalidade, estarão os vigilantes, protectores ou mesmo a empresa de segurança privada a actuar com usurpação

² Cfr. Lei n.º 19/92, art.º 5.º.

³ Cfr. Lei n.º 19/92, art.ºs 19.º, 20.º e 21.º.

⁴ Até entrada em vigor da nova Lei de Segurança Privada

¹ Cfr. Lei n.º 12/2002, art.º 1.º.

de funções públicas, que é penalmente sancionado⁵.

Os vigilantes e protectores têm poderes que são uma espécie de competências híbridas ou mistas, caracterizadas por, em parte, corresponderem aos direitos reconhecidos ao cidadão em geral e, noutra parte, aos poderes atribuídos às forças e serviços de segurança.

A dificuldade legislativa e o controle ineficiente da actividade geram um mercado de baixa profissionalização em Angola, com um nível precário de qualificação, com baixa escolaridade e renda, sobretudo quando comparamos o perfil dos vigilantes e protectores com o dos elementos polícias. Dos requisitos mínimos de admissão à actividade de segurança privada, é notória a problemática da maioridade⁶ e a do serviço militar obrigatório cumprido⁷, porquanto que este último não se consegue satisfazer com apenas 18 anos, mas sim com um mínimo de 23 anos. Outrossim encontra-se relacionado com o género, visto que as mulheres, que também têm desempenhado algumas funções de segurança privada, não são legalmente obrigadas a cumprir o serviço militar.

É necessário a exigência de um nível de escolaridade mínima e capacitação técnica, resultante da crescente invasão tecnológica no sector e da ascensão do crime especializado. É imprescindível, por parte do legislador, o parecer renovador de habilitar a segurança privada com um suporte legal que preveja o conteúdo programático dos vários níveis de execução deste sector.

As armas contêm uma conotação polissémica, pelo que “nem boas, nem más, as armas são amorais. É na perspectiva de garantia de liberdade e segurança e exclusivamente como recurso de legítima defesa que deve ser evidenciado o porte e uso de armas na actividade de segurança privada, e jamais como mero instrumento intimidatório e móbil de acções mais violentas. Juridicamente, o vigilante ou protector é considerado civil e cidadão comum, pelo que o porte e uso de arma de fogo lhe estão vedado e concedido em estritas condições previstas no regime jurídico das armas, o então Regulamento de Armas e Munições - Regulamento Legislativo 3778, de 22 de Novembro de 1967 - e noutros diplomas legais, nomeadamente, a Lei n.º 19/92, de 31 de Julho - Lei de Segurança Privada Angolana. Visto que, para todos efeitos a segurança privada também se rege pelo diploma legislativo n.º 3778/67, à semelhança do cidadão comum, que, somente aos maiores de 21 anos ou aos emancipados⁸ pode ser passada licença de porte e uso de armas de defesa, urge saber se para aos vigi-

lantes ou protectores, no exercício das suas respectivas funções, também se aplica esta condicionante, tendo em conta que a Lei de Segurança Privada prevê como requisito ético para o exercício desta actividade a maioridade e legítima o porte e uso de armas de fogo em serviço.

Ora, as armas em posse e uso pelo pessoal de segurança privada são as destinadas às FAA e Forças de Segurança Pública, pelo que são consideradas de uso proibido aos cidadãos em geral⁹, logo, a segurança privada também não se encontra legitimada a deter e utilizar tais armas. Para o processo de desarmamento da população civil angolana, aquando do seu início, a Resolução do Conselho de Ministro n.º 47/08, no ponto IV, al. k) previu a “substituição gradual das armas de guerra em posse das Empresas Privadas de Segurança e Sistemas de Autoproteção”. Todavia, no cumprimento deste diploma legal e tendo em conta o tipo de armas de fogo envolvidas directamente na prática de crimes, aquelas armas devem ser substituída por outras que utilizam projectil de baixo calibre, inferiores a 9 mm, e espingarda de alma lisa, esta última, exclusivamente para transporte, guarda e distribuição de valores, ou na protecção de objectos de valor económico, financeiro, político e socialmente elevados. Para que aquelas armas cheguem às mãos dos seus legítimos destinatários, há que licenciar empresas que se mostrem idóneas à sua importação ou fabrico e conseqüente comercialização.

Como actividade complementar da pública, a segurança privada, por enquanto, encontra-se legitimada do porte e uso de armas de fogo, em resposta preventiva aos índices elevados de violência na prática de crimes. Contudo, “o caminho da pacificação passa pela população tendencialmente desarmada e pela força policial, armada e respeitada, como oponente à força bruta” (Pedro Clemente, 2006:122).

A especificidade e risco elevado que acompanham a actividade de transporte, guarda e distribuição de valores obriga à definição, em diploma especial, de um conjunto integrado de medidas de segurança adequadas, necessárias e proporcionais idóneas à prevenção de ocorrência de crimes. Deste modo, existe uma necessidade urgente de se legislar sobre esta matéria. Igualmente, a gestão de centrais de alarmes deve merecer regulamentação em diploma legal especial, para que não advenham dúvidas quanto à ponderação de ilegalidade do exercício da mesma por empresas de segurança privada.

Apoiando-se na teoria criminológica da prevenção

⁵ Cfr. Código Penal Angolano, art.º 236.º.

⁶ Cfr. Constituição da República de Angola, art.º 24.º.

⁷ Lei n.º 1/93, art.º 9.º.

⁸ Cfr. Diploma legislativo n.º 3778/67, de 22 de novembro, art.º 56 e seguintes.

⁹ O Regulamento de Armas e Munições, Diploma legislativo 3778/67, no seu art.º 2.º não prevê a classificação destas armas como sendo de defesa, pelo que devem ser consideradas, para todos efeitos, armas proibidas, de acordo com o previsto nos art.ºs 8.º e 9.º do mesmo diploma. Com efeito, a sua detenção e utilização é penalmente sancionada, conforme previsto no Código Penal Angolano, no seu art.º 253.º.

situacional, em consonância com a teoria da escolha racional de Herbert A. Simon, várias instituições - bancárias, de câmbio ou transições monetárias, de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance, nomeadamente os recintos de diversão, bares, discotecas - e actividades que envolvem um número muito elevado de pessoas, nomeadamente espectáculos culturais, artísticos ou desportivos; bem como zonas de exploração mineira e petrolífera, por possuírem objectos de acção muito sensíveis e que aliciam práticas criminais, devem ser obrigadas a adoptar um sistema de segurança privada. A admissibilidade de gravações de imagem e de som pela segurança privada ou serviços de autoproteção é susceptível de lesar direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, pelo que, com o desígnio exclusivo de protecção de pessoas e bens, só podem ser utilizadas nos termos da lei penal e processual penal, bem como da Lei n.º 22/11, de 17 de Junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais, nomeadamente em matéria de recolha, tratamento e transferência de dados por entidades privadas, bem como referente ao direito de acesso, informação e oposição de titulares e o seu consequente regime sancionatório.

Quanto aos detectores de metais, não obstante a lei nada prever sobre a faculdade de os vigilantes efectuem revistas de prevenção e segurança, com a finalidade de detectar e impossibilitar a entrada de objectos suscetíveis de lesarem a vida e a integridade física de terceiros, aquando do acesso de pessoas a locais condicionados ao público, a lotação das salas ou espaços destinados a dança pode ser um aspecto a ter conta na obrigatoriedade de utilização daqueles detentores, de forma a legitimar o número de vigilantes por pessoas e os requisitos de controlo de entrada e saída naqueles locais.

É imprescindível a existência de elos de ligação ou canais de comunicação capazes de interagir e fazer a ponte entre o sector privado e o público de segurança. Consequentemente, tendo em conta que já existe a figura do director operacional, servir-se-ia desta para a criação da figura do director de segurança. Este deve ter funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão e a actividade diária de segurança privada. Vistos que algumas actividades de risco exigem o máximo de rigor e qualificação técnica e profissional por parte de quem as gere ao nível de segurança, instituições como, nomeadamente, bancos, clubes de desportos, empresas mineiras e petrolíferas e outras análogas, também devem ser obrigadas a ter um director de segurança com valências idênticas aos das empresas de segurança privada ou siste-

mas de autoproteção, com as respetivas adaptações.

É necessário que o processo de licenciamento esteja munido dos requisitos essenciais, e que posteriormente assente em métodos rigorosos de fiscalização e responsabilização, resultando num maior controlo do Estado sobre a segurança privada, adequando e incentivando as demais formas de controlo, especialmente o realizado nas próprias empresas; pelos contratantes; e pelas associações representativas daquele sector de segurança.

Na *governance* da segurança, o sector privado complementa o vazio consequente da impossibilidade de, hodiernamente, os órgãos e serviços aglutinados à segurança pública, nomeadamente pela carência de recursos, não conseguirem satisfazer integralmente as inúmeras necessidades provenientes do sentimento subjectivo e objectivo de segurança da sociedade angolana. Este incorporar de novos agentes na garantia da segurança não representa o declínio do Estado ou a usurpação de uma das suas funções primordiais, mas o redireccionar e reestruturar de um Estado em reconstrução e evolução económica, que se pretende transformar em desenvolvimento sustentável. O aumento da segurança privada não significa necessariamente o enfraquecimento do Estado. Deste modo, o papel insubstituível do Estado é complementado por entidades privadas fornecedoras de segurança; e torna-se garantida a máxima constitucional de que ninguém pode ser privado de qualquer direito em razão da sua condição económica¹⁰, pelo que somente ao Estado, através da sua Polícia, centrada no cidadão e jamais na maximização do lucro, cabe a defesa dos seus concidadãos contra acções criminosas, impedindo a criação de um sistema dual de polícia, gerador de desigualdades securativas, em termos quantitativos e qualitativos, entre ricos e pobres. Contudo, é às forças e serviços de segurança, e apenas estes, que cabe a promoção dos direitos fundamentais, no âmbito da segurança e protecção interior, competências essas que não podem ser objectos de privatização e, muito menos, ser inspiradas por interesses privados, sob pena de colapso da garantia pública de segurança.

"Fiéis aos mais altos anseios do povo angolano de estabilidade, dignidade, liberdade, desenvolvimento e edificação de um país moderno, próspero, inclusivo, democrático e socialmente justo"¹¹, o Estado, na *governance* da segurança, na qualidade de prestador, deve enfrentar o desafio da territorialização e da proximidade, da eficácia e da eficiência; na qualidade de dinamizador deve enfrentar o desafio da mobilização e da participação de outros actores na segurança; e

¹⁰ Cf. CRA, art.º 23.º

¹¹ Preâmbulo da CRA

na qualidade de regulador, deve enfrentar o desafio da definição das competências, dos procedimentos e dos limites dos outros actores. Este é o advento de um modelo embrionário de partilha de seguridade, onde o novo autor, ainda que caracterizado pelo primado da maximização, exerce uma primordial função preventiva de actos criminosos.

BIBLIOGRAFIA

- BAYLEY, David, 2001. *O Desenvolvimento da Polícia Moderna - Padrões de Policiamento*. São Paulo: Editora USP
- CARRASCO, Manuel Izquierdo, 2004. *La seguridad Privada - Régimen Jurídico-Administrativo*. Valladolid: Editorial Lex Nova
- CLEMENTE, Pedro José Lopes, 2004. "O paradigma da Polícia privada". In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*. Manuel Monteiro Guedes Valente (coord.). Coimbra: Livraria Almedina
- CLEMENTE, Pedro José Lopes 2006. *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração
- CLEMENTE, Pedro José Lopes, 2012. "Do Recurso Policial à Arma de Fogo". In *Estudos de Direito e Segurança*. Jorge Bacelar Gouveia (coord.). Vol. II. Coimbra: Edições Almedina.
- CUBAS, Viviane de Oliveira, 2005. *Segurança Privada - A expansão dos serviços de protecção e vigilância em São Paulo*. Brasil: Associação Editorial Humanistas
- CUSSON, Maurice, 2007. *Criminologia*. 2.ª Edição. Cruz Quebrada: Casa das Letras
- DIAS, Hélder Valente, 2012. *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Edições Almedina
- FEITEIRA, Alice Mendes, 2012. "Uma conceção integrada de segurança do domínio das políticas públicas: tópicos e reflexões". In *Estudos de Direito e Segurança*. Jorge Bacelar Gouveia (coords). Vol. II. Coimbra: Edições Almedina
- FRIAS, João, 2012. "Regime Jurídico da Segurança Privada em Portugal". In *Estudos de Direito e Segurança*. Jorge Bacelar Gouveia (coords). Vol. II. Coimbra: Edições Almedina
- GOMES, Paulo Valente, 2008. "Reflexões Sobre o Novo Quadro de Segurança Interna e o Papel da Segurança Privada". In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Manuel Monteiro Guedes Valente e Maria Teresa Payan Martins (coords). Coimbra: Edições Almedina
- GONÇALVES, Pedro António Pimenta da Costa, 2005. *Entidades Privadas com Poderes Públicos - O Exercício de Poderes Públicos de Autoridade por Entidades Privadas com Funções Administrativas*. Lisboa: Edições Almedina
- MACHADO, Jónatas E.M.; COSTA, Paulo Nogueira, 2011. *Direito Constitucional Angolano*. Coimbra: Coimbra Editora
- ROCHA, Alves, 2012. "As Políticas Económicas em Angola Desde a Independência". In *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*. Boaventura de Sousa Santos e José Octávio

- Serra Van Dúnen (Orgs). Vol. I. Coimbra: Edições Almedina
- SARMENTO, Cristina Montalvão, 2009. *Políticas e Segurança: Novas Configurações do Poder*. Lisboa: ISCPSI
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, 2012. *Teoria Geral do Direito Policial*. 3.ª Edição. Coimbra: Edições Almedina

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República de Angola
- Código Penal Angolano
- Código Civil Angolano
- Lei n.º 22/11, de 17 de junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais
- Lei n.º 12/11, de 16 de fevereiro - Lei das Transgressões Administrativas
- Lei n.º 12/02, de 16 de agosto - Lei de Segurança Nacional
- Lei n.º 1/93, de 26 de março - Lei Geral do Serviço Militar
- Lei n.º 19/92, de 31 de julho - Lei de segurança privada Angolana
- Lei n.º 18-A/92, de 17 de julho - Lei da prisão preventiva em instrução preparatória
- Estatuto Orgânico do Ministério do Interior de Angola
- Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/08, de 4 de Junho - Programa de Ação do Governo para o Desarmamento da População Civil
- Despacho Presidencial n.º 7/08, de 18 de Março - Cria a Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil
- Regulamento Legislativo 3778, de 22 de Novembro de 1967 - Regulamento de Armas e Munições.





Subcomissário:
Manuel Fernandes

A PROBLEMÁTICA DOS MENORES EM CONFLITO COM A LEI NA CIDADE DE LUANDA (PARTE II)

2.2. DELINQUÊNCIA INFANTO-JUVENIL

A delinquência infanto-juvenil está presente no dia-a-dia de qualquer agregado populacional, dificilmente se podendo conceber a vida em sociedade sem delinquência, pois vida social e criminalidade são variáveis intrinsecamente ligadas.

“Comportamento prejudicial a sociedade relacionado com faltas e delitos”¹, “conjunto de infracções criminais cometidas numa sociedade, durante determinado período”² e “estado ou qualidade de delinquente”³ e “a delinquência é o resultado de uma escalada de aprendizagem de comportamentos anti-sociais”⁴ são alguns conceitos disponíveis.

O conceito de delinquência é, socialmente, definido em função de critérios jurídico-penais e está quase sempre associado ao de violência. É uma associação legítima, pois a delinquência, nas suas mais variadas formas de manifestação, envolve quase sempre uma componente de violência, seja ela física ou psicológica.

A violência é intrínseca à natureza humana. O homem sempre manifestou predisposição para invadir a autonomia, a integridade física ou psicológica de outrem, de recorrer a força para atingir determinados fins. Reportamos não apenas aos adultos, mas também aos menores, na medida em que estes também recorrem a força/violência, e ao fazerem-no, poderão incorrer na prática criminal.

Nestes termos, a delinquência infanto-juvenil, será toda a acção violadora da lei penal “praticada por jovens”⁵, ou seja, aquela que faz referência a todos os comportamentos desviantes e delinquentes e a todos os actos de natureza criminal que tenham como protagonistas menores de idade; é, em síntese, a desobediência de leis e de regulamentos estatuidos, por parte de menores e de adolescentes.

¹ Diciopédia O Poder do Conhecimento, Edição em DVD, Porto Editora Multimédia, 2008.

² *Ibidem*.

³ Enciclopédia Universal Multimédia, Edição em DVD, Cacem, Texto Editora, 1999.

⁴ Daniel Rijo, “Combate-se a delinquência, não delinquentes” (2001). *Público*, edição de 23 de Setembro. [Consult. 12 Fev. 2012], disponível em <http://ultimahora.publico.pt/dossiers/cidadania/html/delinquencia_solul.htm>.

⁵ *Idem*.



Joana Martaleira ao referir-se a esta temática, avança que “o menor delinquente é todo o indivíduo sujeito a jurisdição do tribunal de menores, isto é, todo o indivíduo que praticou um facto ilícito depois dos 12 e antes dos 16 anos, jovem a quem foi aplicada uma medida tutelar educativa”⁶. Relativamente aos actos praticados por tais menores delinquentes a mesma autora refere que, “a delinquência juvenil tanto pode ser definida a partir das leis, das práticas e crenças relativas à conduta dos jovens, como pelo próprio comportamento destes últimos”⁷.

No mesmo diapasão alinha Pedro Ferreira ao avançar que “num sentido amplo, a delinquência juvenil refere todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e a adolescência. Num sentido mais restrito, a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometam infracções criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem”⁸.

⁶ Joana Martaleira, “Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia”, Sociedades Contemporâneas; Reflexividade e Acção Atelier; Excluições, s/d. [Consult. 13 Fev. 2012]. Disponível em www.google.com.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Pedro Moura Ferreira, “Análise Social”, 32.º vol. (1997). [Consult. 13 Fev. 2012]. Disponível em www.google.com.

Embora se verifique, em todos os conceitos aqui enunciados, uma forte tendência para restringir a delinquência juvenil às infracções do direito penal, existem contextos em que o conceito de delinquência-juvenil tem vindo a ser alargado de modo a abarcar condutas não tipificadas pela legislação penal. Na visão desse conceito alargado, comportamentos como os actos de indisciplina, o afastamento do poder paterno, as inadaptações escolares ou sociais e até mesmo o recurso a linguagem obscena acabam por configurar delinquência infanto-juvenil e como tal devem ser alvo de sanções.

2.3. MENOR EM CONFLITO COM A LEI

Das várias fases pelas quais passa o ser humano, no seu processo de evolução, a que interessa para o nosso estudo é a dos 12 aos 16 anos, a chamada “fase do alcance da puberdade em que se procura a independência e se procura o amadurecimento e a avaliação de si próprios e dos outros”⁹. É, quanto a nós, a fase da autodeterminação¹⁰, do descobrimento e da revolta.

Os art. 1.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC)¹¹ e 122.º do Código Civil angolano¹² referem que *menor* é a pessoa que não atingiu ainda a maioridade (idade inferior a 18 anos).

Em face da legislação angolana adopta-se o mesmo conceito, ou seja, entende-se, na generalidade, que o conceito de menor ou criança tem uma abrangência que vai do nascimento até aos 18 anos de idade. A infância, enquanto tal, vai até aos 12 anos e a adolescência ou juventude dos 12 aos 18 anos; dos 18 aos 21 existe a chamada fase de transição da adolescência para a fase adulta e usa-se o termo jovens adultos para designar aqueles que embora já maiores à luz do preceito legal¹³, se encontram ainda em fase de formação¹⁴. Em relação aos menores, o CC angolano transmite a mesma visão sobre a menoridade ao também enunciar, no seu artigo 123.º, que os mesmos carecem de capacidade para o exercício de direitos.

Para o caso luandense o termo *menor em conflito com a lei* está intimamente ligado as expressões *criança de rua* - “aquela que por abandono ou por sua própria escolha deixou de contactar a família e adoptou a ‘cidade’

como sua casa”¹⁵ e *criança na rua* - “aquela que passa um tempo considerável na rua sem o controlo dos pais ou de outros adultos por ela responsáveis e que dependem a maior parte do tempo a tentar ganhar dinheiro”¹⁶ ou outros bens de natureza material que garantam a sua subsistência e satisfação das suas necessidades.

A literatura especializada diverge também no, que tange a conceptualização de menor em conflito com a lei ou simplesmente, adolescente infractor, e isto fica demonstrado ao analisarmos duas propostas de conceptualização: “delinquente juvenil é a pessoa em idade evolutiva, de conduta anti-social, a quem devem ser aplicados os meios mais adequados a sua recuperação e à defesa da sociedade”¹⁷ e “infractor é o marginal, individuo cuja personalidade deformada por factores genéticos ou psicossociais, merece, de qualquer forma, ser isolado do convívio social”¹⁸.

Tendo em atenção que as sociedades são regidas por normas sociais e jurídicas que regulam a vivência social, nós assumimos que menor em conflito com a lei será todo aquele que, sendo inimputável em razão da idade, evidencia conduta desviante e pratica actos tipificados como crime a luz da legislação penal.

Embora nos identifiquemos mais com a expressão *adolescente*, utilizamos neste estudo a expressão *menor em conflito com a lei*, em virtude do nosso ordenamento jurídico fazer recurso a mesma. A razão é simples: interpretada a letra, a expressão *menor* significa inferior,

¹⁵ Maria do Carmo Medina, *op. cit.*, 2008, p. 39.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Jorge Trindade, “Delinquência Juvenil: uma abordagem transdisciplinar” in Regiane Maria Santana, “Adolescente infractor: uma questão jurídica ou uma questão social?”, Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/Brasil, 2006, p. 41. Bacharelato em Direito.

¹⁸ Haim Grunspun, “Os Direitos dos Menores”, in Regiane Maria Santana, “Adolescente infractor: uma questão jurídica ou uma questão social?”, Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/Brasil, 2006, p. 41. Bacharelato em Direito.

⁹ Maria do Carmo Medina, *Lei do Julgado de Menores e Código de Processo do Julgado de Menores*, 2.ª ed. Coleção Faculdade de Direito UAN, Luanda, Universidade Agostinho Neto, 2008, p. 31.

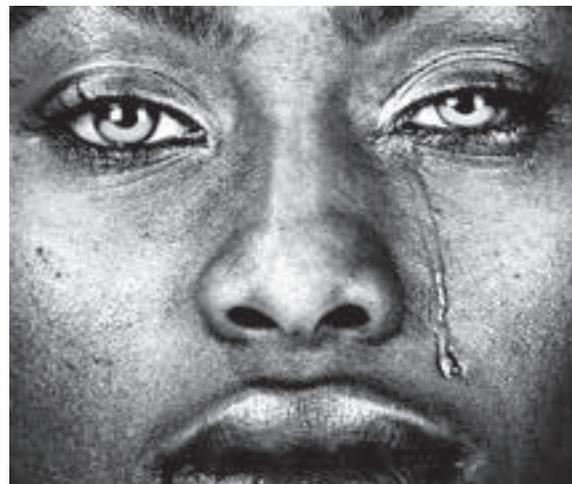
¹⁰ No processo de evolução do ser humano até a juventude, encontramos outras fases como a latência, a infância e a pré-puberdade.

¹¹ Aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada pela Resolução da Assembleia do Povo n.º 20/90, de 10 de Novembro.

¹² Revogado pela Lei n.º 68/76 de 5 de Outubro.

¹³ Maria do Carmo Medina, *op. cit.*, 2008, p. 19-20.

¹⁴ A este respeito, vide Decreto n.º 17/98 de 10 de Julho (Regime de Instituições de Atendimento à Infância).



mínimo, ao passo que a expressão *adolescente* significa jovem, púbere, sonhador, imaturo; logo, parece-nos que esta última expressão é mais respeitadora da condição humana da pessoa com idade entre os 12 e os 16 anos, foco e personagem central da nossa abordagem.

Vale aqui acrescentar que, segundo uma abordagem transdisciplinar desenvolvida por Jorge Trindade¹⁹, os menores com problemas de desvios comportamentais e de delinquência podem ser agrupados em três categorias distintas, nomeadamente a dos *menores com delinquência grave*, integrado por menores que tenham cometido um ou mais actos criminosos graves, a categoria dos *outros menores delinquentes*, integrado por menores que tenham cometido crimes de menor gravidade, e a categoria dos *menores com comportamento perturbado persistente*, no qual serão integrados os menores que se encontrem em risco de delinquir.

III. BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Pedro Moura, "Análise Social", 32.º vol, (1997). [Consult. 14 Fev. 2012]. Disponível em www.google.com.

LOEBER, Rolf e FARRINGTON, David P., "Child Delinquents- Development, Intervention and Service Needs". Londres, U.K., Sage, 2001.

MARTALEIRA, Joana, "Actas dos ateliers do V.º Congresso Português de Sociologia", Sociedades Contemporâneas; Reflexividade e Acção Atelier; Exclusões, s/d. [Consult. 06 Abr. 2012]. Disponível em www.google.com.

MEDINA, Maria do Carmo, Lei do Julgado de Menores e Código de Processo do Julgado de Menores, 2.ª ed. Colecção Faculdade de Direito UAN, Luanda, Universidade Agostinho Neto, 2008.

MEDINA, Maria do Carmo, "Direito Infante-Juvenil", Colecção Faculdade de Direito UAN, Luanda, Universidade Agostinho Neto, Luanda, EAL - Edições de Angola Lda., 2010.

SANTANA, Regiane Maria, "Adolescente infractor: uma questão jurídica ou uma questão social?", Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/Brasil, 2006. Bacharelato em Direito.

SEPTIEM, Rosa Campoalegre, La Delincuencia Juvenil en Cuba: Realidades y desafios ante el nuevo milénio, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Habana, 1998.

SOARES, Luísa, "Filhos da Loucura e reacção penal, *Nulla poena sine culpa*". Disponível em http://www.verbojuridico.com.doutrina/2009/luisasoares_inimputabilidadeanomalia_psiquica.pdf.

NORMATIVOS LEGAIS

Convenção sobre os Direitos da Criança - Resolução n.º 44/25, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações

Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola pela Resolução da Assembleia do Povo n.º 20/90, de 10 de Novembro.

Princípios Orientadores de Riade, Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, adoptados e proclamados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na sua Resolução 45/112, de 14 de Dezembro de 1990.

Regras de Beijing ou Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores, adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1985, através da Resolução n.º 40/33.

Resolução n.º 40/33 das Nações Unidas, de 29.11.85, Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil, ou Regras de Pequim.

Resolução n.º 45/113, de 14 de Dezembro de 1990, Regras para a Protecção de Menores Privados de Liberdade, adoptadas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Lei n.º 19/96 de 19 de Abril - *Lei do Julgado de Menores*.

Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966 - *Código Civil Angolano*.

MULTIMÉDIA

Enciclopédia Universal Multimédia, Edição em DVD, Cacém, Texto Editora, 1999.

Diciopédia Universal Multimédia 2003, Edição em CD-ROM, Porto Editora, 2002.

Diciopédia O Poder do Conhecimento, Edição em DVD, Porto Editora Multimédia, 2008.

Grande Dicionário Universal Multimédia, edição em CD-ROM, Cacém, Texto Editora, 1999.



¹⁹ R. Loeber, D. P. Farrington & D. Petechuk, Delinquência Infantil: Intervenção e Prevenção Precoces, in *Infância e Juventude*, n.º 1, Lisboa, 2004, p. 79-116.

LABOR **POLICIAL**

EM DIRECTO TODAS
AS SEXTAS-FEIRAS,
DAS 15 ÀS 16 HORAS
RÁDIO LAC 95.5



Textos: **Albertina Eduardo**

Fotos: **João Manuel**



CENTRO POLIVALENTE NZOJI

“A Nzoji onde o espírito de solidariedade mostra que unidos pode-se fazer o bem para quem mais necessita. Nzoji, ou simplesmente Sonho. É aqui onde muitas crianças, realizam o sonho de um dia ser polícia.

Idealizado por pessoas que se preocupam com o bem-estar dos outros, o centro encontra-se localizado na zona do Kikuxi, a aproximadamente 60 km da cidade de Luanda. Ocupa uma área de 500 hectares, e tem a capacidade de albergar mais de 600 alunos. Existente há nove anos, o centro de formação foi inaugurado há 20 de Março de 2004, pelo então Ministro do Interior, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandô”, com o objectivo de albergar e formar crianças órfãs de ex-membros da Polícia Nacional.

Desde a sua inauguração, o centro já formou mais de oitocentos alunos, provenientes de várias províncias do país. Actualmente conta com 685 alunos do ensino primário e do IIº ciclo do ensino secundário o centro lecciona disciplinas do Ensino Geral e formação técnico-Profissional, tais como; Carpintaria, Serralharia, Informática, Artes, corte e costura, pastelaria e agricultura assim como, actividades extracurriculares, nas horas de lazer.

Importa referir que o centro assim como qualquer outra instituição policial tem regras, e no Nzoji a regra é entrar com cinco (5) anos na 1ª classe e sair aos quinze anos (15) com a 9ª classe. Portanto, os alunos que por uma ou outra razão não terminem na idade limite, o Comando Geral da Polícia Nacional, criou o núcleo do Kikuxi, de maneira a dar possibilidades a estes jovens de terminarem, com resultados satisfatórios.

Ocupa uma área de 500 hectares, e tem a capacidade de albergar mais de 600 alunos. Existente há nove anos, o centro de formação foi inaugurado há 20 de Março de 2004, pelo então Ministro do Interior, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandô”

A escola do Nzoji, conta também com alguns alunos externos moradores das redondezas, sendo quarenta e seis (46) do sexo feminino e trinta e quatro (34) do sexo masculino.

De acordo com a Directora do mesmo, Comissário Manuela Filomena Jorge, os alunos de segunda a sexta-feira das 8 às 13 horas, assistem aulas normais, às 13 horas almoço, depois do intervalo do almoço, estes desenvolveram as actividades extracurriculares, distribuídos de acordo com a vocação de cada um, até as 17 horas o mais tardar. E quando terminam as aulas de formação técnico-Profissional lhes é dado um tempo para brincar, como jogar a bola entre outras actividades livres, até a hora do banho. Às 19 horas serve-se o jantar e posteriormente dirigem-se as casernas.

Desde que se encontra a dirigir o centro há aproximadamente seis (6) meses, a nova directora diz que tem sido uma mãe para os meninos, pois muitos não têm a figura de mãe em casa, e por isso também faz este papel, pois afirma que quando chegou ao Nzoji encontrou crianças bastante carentes de afeto, hoje já conseguiu cobrir minimamente aquele papel de mãe, dando-lhes sempre uma palavra de carinho, um passar de mão a cabeça, coisas que uma criança sempre precisa. O centro conta com psicólogos assistentes sociais para ajudar nesta tarefa de suprir a carência afectiva.



Diariamente quando chega, a diretora vai ao colégio, faz uma visita de fiscalização e controlo, vê se está tudo bem, e actua prontamente no que não estiver mal, para que não seja surpreendida com alguma situação fora do normal, e que venha pôr em causa o bom funcionamento, bem como a boa convivência entre os alunos e a comunidade educativa. Também almoça com eles para puder estreitar os laços de amor e amizade.

Quando nota alguma indisciplina, a dona Filomena como mãe, chama-os em fórum próprio, para uma conversa repreensível.

Para o seu bom funcionamento, o centro conta com 346 elementos no seu quadro de pessoal, entre os quais, 32 educadores, 48 professores, pessoal administrativo, auxiliares de limpeza, enfermeiros, médicos, técnicos de laboratório e de farmácia.

O Conselho Consultivo é composto por 17 elementos, que unidos, trabalham em prol do bem-estar dos jovens que se encontram no centro. A Directora Dra M^ã Filomena é coadjuvada por dois subdiretores pedagógicos.

O Centro Nzoji como instituição dispõe de 20 salas de aulas, entre elas uma de formação Geral, de corte e costura, de informática, laboratórios, casa de banho, para meninas e rapazes, bibliotecas.

Dispõe ainda de um refeitório com capacidade para seiscentas pessoas, uma cozinha, a área dos transportes, área social, moral e cívica, um consultório com duas salas de tratamento, um laboratório e farmácia. Para auxiliar nos casos graves transportando os doentes para os hospitais da ENDIAMA na ilha de Luanda, e ou hospital Geral no golf, contando com duas ambulâncias que transportam os casos graves.

Para a Directora, o centro é um espaço acolhedor, é calmo e oferece condições para que se exerça a sua actividade com brio e profissionalismo. Já colocou no seu plano de necessidades, tudo aquilo que gostaria de ter para que as coisas ficassem melhores do que estão: três residências para professores; um anfiteatro para de quando em vez colocarem os alunos para interagir com a comunidade educativa, com a direcção do colégio, realizar actividades recreativas e culturais.

“Gostaria ainda que houvesse um sítio onde as crianças pudessem brincar, por exemplo, um jardim onde houvesse balouços, pula-pulas, escorregas, entre outras coisas que fazem falta a um Centro que abriga crianças desde os Cinco anos de idade. Mas tenho esperança que com a reabilitação do centro, em breve as coisas se vão resolver.

A directora Filomena considera os meninos como seus filhos, e por isso a ementa deles é vista com muita atenção e carinho. Preocupa-se em melhorá-la a cada dia desde que chegou. Já mudou a ementa deles, e sem dar mérito a sua pessoa, afirma que as coisas mudaram muito!



“É um espaço acolhedor, é calmo e oferece condições para que se exerça a sua actividade com brio e profissionalismo”



BRIGADA DE SEGURANÇA ESCOLAR NO HUAMBO EM PRONTIDÃO NO ASSEGURAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Textos e Fotos: **Yuri Fragata**

“A ordem e tranquilidade públicas nos recintos escolares faz parte do sucesso escolar do aluno”, enfatizou o comandante da Brigada de Segurança Escolar na Província do Huambo, Subinspector António Manuel Katuta, a quando do encontro que manteve com a equipa da Revista tranquilidade.



Revista Tranquilidade: Há quanto tempo existe a Brigada de Segurança Escolar?

António Manuel Katuta: A Brigada de Segurança Escolar existe na Província do Huambo, desde 2004, e com mais impacto em 2011, altura em que é destacado como Comando de Brigada de Segurança Escolar.

RT: Quais os motivos que levaram a sua criação?

AMK: A sua criação deve-se ao facto de se registarem actos de criminalidade no seio escolar, isto levou a Polícia a redobrar a atenção nas escolas, o que resultou na criação da BSE, para maior proximidade entre as Comunidades Escolares e a Polícia.

RT: A BSE já chegou em todos municípios?

AMK: Por enquanto a BSE ainda não chegou em todos os Municípios, mas temos uma estreita relação com os Comandos Municipais de forma a obter o máximo de informações necessárias de interesse policial, referente aos estabelecimentos escolares.

RT: Quando é que teremos a BSE estendida em todos os municípios?

AMK: Em breve, com o aumento de mais forças e meios, estou em crer, que no próximo ano, estaremos em todos os municípios, principalmente, na Caala Kachiungo e Bailundo onde já se tem verificado alguns actos de pré delinquência.

RT: Quantas escolas estão sobre tutela da BSE?

AMK: Temos o controlo de 1188 escolas na província, desde o ensino primário ao superior, destas 1145 são públicas, 14 com-participadas e 29 privadas. É importante destacar que temos na província 10 universidades, das quais três privadas.

RT: Quais os municípios onde até hoje sentem maior necessidade de reforçar os vossos serviços?

AMK: Os Municípios onde até hoje sentimos maior necessidade de reforçar os nossos serviços é o da Caála, Cachihungo e Bailundo, onde já temos vindo a registar alguns actos de pré delinquência.

RT: Quanto aos horários, qual deles exige de vocês mais reforço (noturno ou diurno)?

AMK: O horário que exige de nós mais reforço é o nocturno.

RT: Porquê?

AMK: Porque é do conhecimento de todos, que neste horário, a media de idade é dos 18 anos em diante, em que cada um vem com alguns hábitos não abonatórios criando mesmo um mal-estar no seio escolar, daí, a necessidade de redobramos o número de efectivos para colmatarmos anomalias.

RT: Quantos Polícias actuam por escola, e quais as maiores dificuldades por eles encontradas?

AMK: Têm sido escalados dois a três Polícias, independentemente da real situação da escola, em termos de dificuldades, não são relevantes, porque nós temos dado conta da situação.



RT: Que incidentes se registam com maior regularidade nas escolas, e que métodos de prevenção são usados por vocês?

AMK: Os incidentes que se registam com mais frequência são os furtos de telemóveis, concorridos com ofensas corporais nas periferias das escolas.

Para prevenirmos tais factos temos vindo a intensificar o patrulhamento auto e apeado nas vias que dão acesso as escolas, escalando Polícias de baixa visibilidade no sentido de em flagrante delito deter-se os presumíveis autores, bem como, intensificar o trabalho de sensibilização nas escolas, ministrando palestras no sentido de envolver os alunos na sua própria segurança, colaborando estreitamente com a BSE denunciando todos os malfeitores.

RT: Quantos crimes a BSE registou durante o ano lectivo?

AMK: Durante o ano lectivo 2013, a BSE registou 37 crimes na periferia de diversas escolas, destacando o furto de telemóveis, extorsão, ofensas corporais e consumo de estupefacientes. É de salientar que foram realizadas 54 palestras, sob o tema: A prevenção da criminalidade no meio escolar, onde pudemos contar com a presença dos alunos, pais, encarregados de educação e professores.

RT: Durante o período de férias, continuam a trabalhar nas escolas, ou só estão lá durante as aulas?

AMK: Durante o período de férias a BSE continua a trabalhar nas escolas, efectuando patrulhamentos autos, colaborando com os guardas e segurança privada, para que as escolas não sejam palcos de vandalismo.

RT: Existem vantagens e desvantagens em trabalhar em zonas periféricas e urbanas? Onde tem sido mais fácil trabalhar?

AMK: Como Polícia, não vejo vantagens ou desvantagens, o im-

entrevista

Subinspector António

portante é aplicar a nossa inteligência policial em função da realidade do meio, isto é, identificar, avaliar e intervir nos problemas das comunidades.

RT: Pode retratar-nos um caso ocorrido numa escola em que só com a vossa intervenção se repôs a legalidade?

AMK: Sim, são vários, destacamos aqui as escolas Comandante Bula e Deolinda Rodrigues, onde travamos a tentativa de roubo de motorizadas no recinto escolar, mas devido a nossa pronta intervenção, conseguimos capturar os presumíveis autores e restituímos os meios aos legítimos proprietários.

RT: Quanto aos alunos que têm antecedentes criminais, qual é o tratamento que lhes é dado?

AMK: Os alunos que têm antecedentes criminais, a estes casos temos vindo a utilizar um instrumento muito importante que é o diálogo em coordenação com os pais e encarregados de educação, fazendo o devido acompanhamento no sentido de mudarem comportamento.

RT: Planos e estratégias para o futuro.

AMK: Trabalhar afincadamente na prevenção da criminalidade em todos os recintos escolares, e não só, fortalecer cada vez mais os laços de interacção com os membros da comunidade estudantil (Directores, Professores, Pais, Encarregados de Educação e os próprios alunos), no sentido de em conjunto velarmos pela segurança nas escolas, acto que não deve ser encarado como actividade exclusiva da Polícia.

Implementar o policiamento de proximidade, indo ao encontro dos alunos nas escolas, criando assim boas relações para que estes tenham coragem de denunciar os criminosos.

Aumentar o número de palestras, no sentido de desincentivar o cometimento de crimes por parte dos estudantes.

Estender a actividade da Brigada de Segurança Escolar em todas as escolas dos municípios que compõem a província do Huambo.

Durante o ano lectivo 2013, a BSE registou 37 crimes na periferia de diversas escolas, destacando o furto de telemóveis, extorsão, ofensas corporais e consumo de estupafacientes

PERFIL DA COMANDANTE

António Manuel Katuta, nasceu no município de Ukuma província do Huambo, aos 02 de Agosto de 1965, está a 28 anos ao serviço da Polícia Nacional, é casado e pai de 10 filhos, está no 4º ano de psicologia no ISCED, fala língua portuguesa e Umbundo, não dispensa um bom funge com feijão e peixe seco, nos seus tempos livres aproveita para ler e jogar futebol, gosta de ouvir as músicas do cantor Justino Handanga e Matias Damásio.

Já exerceu o cargo de Chefe de Companhia, de Secção de Informação e Análise, de Material de Guerra e aquartelamento, Posto Comando, de Recursos Humanos da Polícia Fiscal, Secção Administrativa, Comandante Municipal da Ekunha, Comandante da 1ª Esquadra do Comando Municipal do Huambo, Comandante do Posto Fiscal Aeroportuário, e actualmente Comandante da Brigada de Segurança Escolar.





Textos: **Yuri Fragata**
Fotos: **João Manuel**

COMANDANTE GERAL VISITA TERRAS DO BAGO VERMELHO

O Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário Geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos, realizou uma visita a província do Uíge, para constatar as quantas anda o estado de operacionalidade das forças, bem como o apetrechamento e construção de futuros Comandos, Divisões, Esquadras e Postos Policiais.

Durante os trabalhos que duraram dois dias, estiveram em análise a situação delituosa naquela circunscrição, os constrangimentos resultantes da situação da exploração ilícita de diamantes e da imigração ilegal, enfrentamento Policial, Ordem Pública, Investigação Criminal, Investigação e Inspecção das Actividades Económicas, Regularização e Fiscalização de Trânsito, Fiscalização e Protecção de Fronteira.

Comandante Geral abordou ter noção da degradação das infra-estruturas policiais de alguns municípios, algumas das quais, arrendadas

“Estamos preocupados com a imigração ilegal”

Ambrósio de Lemos proferiu estas palavras durante a fiscalização que realizou no município de Maquela do Zombo (Comuna de Kimbata), que faz fronteira com a vizinha República Democrática do Congo.

“Nós estamos realmente preocupados com a imigração ilegal, por este motivo temos que ter os meios suficientes e os homens para poder fazer face a esta apetência de virem para Angola de uma forma pouco legal, estamos abertos a migração, mas desde que seja de forma fidedigna.

O Comandante Geral anunciou que a corporação já tem um plano estratégico para o combate a imigração ilegal, e que dentro de pouco tempo vão começar a ser





materializados, “é uma preocupação do Governo, e portanto está em curso a aquisição de meios, para equipar a Polícia Fronteiriça, os Oestes Africanos e não só, pensam encontrar no nosso território aquilo que nos países deles não podem desenvolver, a procura de riqueza fácil e muita das vezes o envolvimento em negócios escuros, enfim, uma serie de ilicitudes que temos que travar, porque se não for o caso, põem em causa a integridade nacional”, disse.

“Trabalho árduo”

Ambrósio de Lemos, fez saber que a Direcção Central vai melhorar as condições de trabalho dos efectivos e dos meios técnicos necessários para a sua locomoção, a fim de desenvolverem a sua actividade de forma mais eficaz, que dará maior segurança às populações da província.

Ambrósio de Lemos disse ter noção da degradação das infra-estruturas policiais de alguns municípios, algumas das quais, arrendadas. Acrescentou que para se melho-

Nós estamos realmente preocupados com a imigração ilegal, por este motivo temos que ter os meios suficientes e os homens para poder fazer face a esta apêntia de virem para Angola de forma ilegal

rar o quadro, a corporação está a erguer novas unidades que se prevê serem inauguradas no ano de 2014.

Quanto ao município de Maquela do Zombo, o Comandante-Geral prometeu melhorar as condições de trabalho e das unidades, para a polícia desenvolver a sua actividade e corresponder com as expectativas da população, relativamente à questão da segurança pública.

“Estamos aqui para poder melhorar as condições, aumentar a capacidade de resposta da Polícia, de forma que haja uma circulação fluída da população”.

Durante a sua permanência na província, Ambrósio de Lemos e a sua Delegação tiveram a oportunidade de visitar o novo Posto Policial do Rio Dange, os Comandos Municipais de Quitexe, Bungo, Damba, Maquela do Zombo, futuras Instalações da Polícia de Kibocolo, Kimbata, a 1ª Sub-unidade da Polícia de Guarda Fronteira bem como, a Direcção Provincial de Ordem Pública e manteve um encontro de cortesia com o Governador Provincial do Uíge, Paulo Pombolo, entidades religiosas e tradicionais.



ANGOLA PARTICIPA NA 82ª ASSEMBLEIA GERAL DA INTERPOL

Por: Subcomissário **Aristófanês dos Santos**

Uma delegação chefiada pelo Secretário de Estado do Interior, Lúcio Laborinho participou da 82ª Assembleia Geral da Interpol que decorreu em Cartagena das Índias, na Colômbia.

Os 190 países participantes analisaram profundamente os aspectos ligados a criminalidade transnacional, sobretudo a partilha de dados no âmbito do crime organizado; o cibercrime; mudança e requisitos da eleição do secretário-geral; a expansão do sistema 1/24-7 para permitir a partilha com outros órgãos, etc.

Para além do Secretário de Estado Lúcio Laborinho que chefiou a delegação, integraram a mesma o segundo Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário-chefe Salvador Rodrigues, o superintendente-chefe Rui Cardoso, chefe do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação da Polícia Nacional, o chefe do Departamento da Interpol/Angola, entre outros oficiais seniores da corporação.

A próxima Assembleia Geral da Interpol ficou marcada para o próximo ano no Principado de Mônaco.

Analisou-se os aspectos ligados a criminalidade transnacional, a partilha de dados no âmbito do crime organizado





Textos: **Jandira Cadete**

MULHERES POLÍCIAS EM CONFERÊNCIA NA ÁFRICA DO SUL

Mulheres Polícias de Angola participam na 51ª Conferência Internacional da Mulher Polícia, em Durban-África do Sul de 22 a 26 de Setembro do corrente ano. A Delegação Angolana composta por 30 Mulheres, foi chefiada pela Comissário-Chefe, Elizabeth Ranque Frank (Bety), na qualidade de Presidente da Rede Mulher Polícia de Angola e em representação de S/Excia Comandante Geral da Polícia Nacional de Angola, Comissário Geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos.

Estiveram representados no acto, 54 países. O acto de abertura que teve lugar no Centro Internacional de Conferência de Durban foi presidido pelo Ministro do Interior o Sul-africano, Nathi Mthethwa, que começou por homenagear as 25 Mulheres, que morreram a nível dos países, no cumprimento do dever. Mthethwa apelou as Polícias, na efectivação daquilo que é a relação Polícia Cidadão, para o êxito das suas tarefas, sem esquecer de frisar, o que seria da sociedade sem as Mulheres Polícias.

A actividade, começou com a realização de uma marcha cadencial, onde participaram as Mulheres Polícias de todos os países representados na Conferência, onde Angola, marchou em terceiro lugar e foi das mais aplaudidas pelo público das artérias da Cidade de Durban,

Angola, marchou em terceiro lugar e foi das mais aplaudidas pelo público das artérias da Cidade de Durban, onde decorreu a referida marcha.

Delegação chefiada pela Comissário-Chefe, Elizabeth R. Frank (Bety), Presidente da Rede Mulher Polícia de Angola

onde decorreu a referida marcha. No decorrer da Conferência, previa-se a votação da renovação de mandato, para a liderança da Associação Internacional da Mulher Polícia, que nesta altura, encontra-se a cargo da Inglesa, Jane Townsley, ficando marcada a renovação de mandato, para o ano de 2014, uma vez que, a primeira decorreu em 2010, é de realçar ainda que a mesma é feita de 4 em 4 anos e não anualmente.

O acto decorreu com sessões de formação, inerentes a actividade policial, num total de 57 temas, onde destacamos:

- Mulheres Polícias em negociações de reféns;
- Investigação de Crimes Ocultos;
- Policiamento da violência baseada no género;
- Violação numa perspectiva sociológica e criminológica;
- Tráfico de Menores;
- Prevenção de trabalho de Menores;
- Tráfico de drogas;
- Investigação de Armas ilegais;
- Tráfico de Seres Humanos;
- Mulheres em missão de manutenção de Paz;
- O Homem e a violência Doméstica;
- Crimes Cibernéticos;
- A Media no combate ao Crime.



Intendente
Figueira M. Sonhe

PORQUÊ PROCURAR UM PSICÓLOGO?

Segundo Aristóteles (Século IV a.C.), Psicologia significa o estudo da alma. É a ciência que se dedica a estudar o indivíduo em sua essência: sua mente, razão, instintos, desejos, emoções, comportamentos e seus conflitos nas relações com os outros e consigo mesmo.

Existem muitas formas de entender e conceituar os conteúdos psicológicos e, dependendo do enfoque dessa análise, surgem as diferentes teorias que vão compreender e explicar a natureza humana, as chamadas abordagens ou linhas teóricas da Psicologia como a Psicanálise, a Psicologia Existencial-Humanista, o Psico-drama, a Psicologia Comportamental, entre outras.

Embora cada uma delas estude o homem de uma forma diferente, todas buscam compreendê-lo de maneira global e todas contribuem na obtenção de uma visão mais precisa e detalhada da condição e das características humanas.

Da mesma forma que muitas são as abordagens psicológicas, são muitas também as técnicas para aplicar

cl clinicamente os conhecimentos psicológicos. A aplicação clínica das técnicas psicológicas com objectivo de tratamento é chamada Psicoterapia.

A Psicoterapia objectiva auxilia o indivíduo a lidar com suas emoções e com seus conflitos psicológicos da mesma forma que um oftalmologista auxilia aqueles que sofrendo problemas da visão ou um dentista auxilia aquele que tem uma dor de dente. Parece lógico alguém que não está enxergando bem procurar um oftalmologista ou alguém que quebrou um dente procurar um dentista, mas por que ainda é tão complicado para aqueles que sofrem com seus problemas psicológicos, procurar um psicólogo?

Existem muitas respostas possíveis para esta pergunta como o antigo preconceito de que a Psicologia só trata de loucos, a ideia de ser um tratamento caro ou então muito demorado, etc. Assim, a pessoa até pensa em buscar ajuda, mas por vergonha ou desinformação, acaba por desistir. A Psicoterapia, ao contrário do que muitos

**Psicoterapia
objectiva
auxilia o
indivíduo
a lidar
com suas
emoções e
com seus
conflitos
psicológicos**





pensam, é um tratamento com começo, meio e fim onde o psicólogo aplica seus conhecimentos para diagnosticar o problema, entender e criar estratégias, juntamente com o indivíduo que o procurou, para solucioná-lo.

Assim como o médico vai diagnosticar e tratar aquele problema físico, o psicólogo vai tratar suas dores emocionais.

Mas que dores são essas?

As angústias, medos, ansiedades, os problemas de relacionamento, as depressões e tantas outras dificuldades e inquietações que dificultam ou, até mesmo, impedem o desenvolvimento saudável da vida da pessoa que sofre por não saber lidar com elas. A psicoterapia é o caminho de enfrentamento dessas questões que incomodam. É um cuidado que se tem com sua saúde emocional. Ter saúde não significa apenas não ter alguma doença instalada no corpo ou na mente, ter saúde significa viver bem, ter qualidade de vida, dispor de bem-estar físico, psíquico e social. Infelizmente nem sempre conseguimos manter esse bem-estar e uma boa qualidade de vida. São muitas as razões que temos hoje em dia para que algum desequilíbrio aconteça.

Temos tantos compromissos a cumprir, papéis a desempenhar, contas a pagar, problemas para solucionar... Estamos diariamente expostos a factores stressantes que estão por toda parte: trânsito, violência urbana, poluição sonora, visual, ambiental, falta de um período reservado ao descanso, desentendimentos com amigos ou familiares, problemas no trabalho, em casa ou mesmo tantos outros motivos particulares e únicos que podem nos levar a alguma alteração de ordem física ou psicológica das quais sentimos não poder dar conta sozinha. É comum sentir-se exausto

depois de um dia cheio de actividades e de correria, tristes após uma briga com o namorado, um parente ou algum amigo querido.

Às vezes acordamos com preguiça, mal-humorados ou então ficamos desencorajados de sair de casa para trabalhar em um dia frio e chuvoso. Tudo isso faz parte do nosso quotidiano, principalmente nas grandes cidades. Porém, esses problemas vêm e vão, são acontecimentos comuns do ambiente em que vivemos e cada indivíduo a seu modo, cria estratégias para lidar com eles.

Buscamos fontes de alegria e prazer de diversas formas como no hippy hub com os colegas após o trabalho, em casa vendo um bom filme, passando alguns momentos com a família.

Realizamos coisas que nos fazem bem, nos trazem descanso ou satisfação e assim vamos vivendo, trabalhando, correndo atrás de nossos objectivos, sonhos, deveres e construindo nossa história.

Lidamos com nossos problemas, enfrentamos as dificuldades que vão surgindo e aproveitamos os bons momentos que vivemos, mas o que fazer quando as coisas não ocorrem assim? Existem muitas pessoas que se sentem mal frequentemente, não conseguem levar bem suas vidas, mas preferem mascarar seu sofrimento e esperar que ele passe por si só. Pensam que nada podem fazer a respeito, mesmo sentindo-se infelizes e inadequadas, querem falar e não sentem que são realmente ouvidas ou compreendidas pelas pessoas de seu convívio.

Alguns se calam, preferem se isolar. Há aqueles que agriem e contam seus problemas nas pessoas que estão ao seu redor. Outros se medicam por conta própria.

Existe também quem passa a se entorpecer com drogas e os que podem se engajar em comportamentos viciados

Psicoterapia, ao contrário do que muitos pensam, é um tratamento com começo, meio e fim onde o psicólogo aplica seus conhecimentos para diagnosticar o problema

e destrutivos como, por exemplo, a utilização exagerada e inapropriada de jogos, da actividade sexual ou de comportamentos de auto-risco para si e para os outros.

Tudo isso pode ser muito eficaz para iludir a si mesmo e arrastar seus sofrimentos por mais tempo, mas nunca irão de facto resolver nada de concreto, pelo contrário, vão contribuir para a piora do quadro de angústia, culpa, sensação de vazio, além de outros problemas mais sérios que podem surgir. Quando o mal-estar parece tomar conta da vida, quando a irritação e a ansiedade extrapolam os limites da boa convivência com as pessoas ou quando a tristeza aparece sem motivo aparente e se instala por dias, semanas ou mesmo meses e não parece ter ânimo de ir embora.

Quando algo não vai bem, incomoda, esmaga, persiste e não encontramos recursos suficientes em nós mesmos para compreender e enfrentar a situação que está afectando ou impedindo o andamento saudável de nossa vida, podemos buscar um auxílio psicológico. A Psicologia vai buscar um ponto de equilíbrio entre suas emoções, suas razões e seus comportamentos para favorecer atitudes que gerem segurança e bem-estar.

O psicólogo vai escutá-lo e ajudá-lo a identificar suas dificuldades e necessidades, a reflectir a respeito delas e de suas causas criando meios para tratar estes conflitos, gerando, assim modificações positivas em sua vida. Alguns benefícios que um bom processo psicoterapêutico poderá trazer: - De início, pode-se dizer que o simples compartilhar desses conflitos já ajuda a aliviar a pressão causadora de sofrimento.

- Em seguida, durante o processo psicoterapêutico, você passará a compreender progressivamente seus conteúdos internos e suas atitudes. Assim, poderá ver as coisas por outros ângulos e enxergar o que antes era desconhecido para você mesmo.

- Será mais fácil, por exemplo, perceber de que forma e em que intensidade você se deixa atingir pelo seu ambiente, pelas pessoas ou por sua história de vida.

- Proporcionará analisar com maior clareza de que maneira você está levando sua vida, como lida com seus limites, sentimentos, frustrações.

- Aumentará sua percepção a respeito de suas qualidades positivas e negativas de forma a poder utilizá-las mais a seu favor.

- Auxiliará na modificação de comportamentos e hábitos prejudiciais.

- Favorecerá a liberação de sentimentos indesejáveis, ilusões, racionalizações e equívocos sobre si mesmo e sobre os outros.

- Resgatará a auto-estima.

- Permitirá a tomada de decisões mais conscientes para sua vida porque ampliará a visualização de outras possibilidades.

- Promoverá a quebra do círculo vicioso de comportamentos padrão, sentimentos, pensamentos e atitudes que você insiste em repetir e nem se dá conta.

- Ajudará a lidar com as insatisfações e frustrações.

- Cuidará de problemas específicos que lhe estão incomodando, entre outros. A Psicoterapia pode, realmente, lhe trazer muitos destes benefícios, mas é importante que se saiba que isso leva tempo e demanda esforço e disciplina do paciente. É um processo muitas vezes doloroso, mas que traz como recompensa o amadurecimento, crescimento e desenvolvimento pessoal. A procura pelo auxílio de um psicólogo pode se dar pelos mais diversos motivos que vão desde problemas emergências muito bem focalizados, orientações e esclarecimentos, dificuldades existenciais ou mesmo pela busca de autoconhecimento. Entre tais motivos podemos destacar: - Perdas (de um ente querido, emprego, separação conjugal, etc.).

Ter saúde não significa apenas não ter alguma doença instalada no corpo ou na mente, ter saúde significa viver bem, ter qualidade de vida, dispor de bem-estar





- Problemas de relacionamento interpessoal com a família, amigos, colegas de trabalho, cônjuge...

- Timidez
- Depressão
- Stress
- Insegurança
- Dificuldades Afetivas
- Incapacidade para lidar com mudanças
- Fobias
- Pânico
- Alterações frequentes de humor
- Transtorno de ansiedade
- Transtorno obsessivo-compulsivo
- Transtornos alimentares
- Problemas sexuais
- Doenças psicossomáticas
- Problemas de aprendizagem
- Orientação vocacional
- Crises de transição das fases da vida como adolescência, maturidade, envelhecimento, etc.

Quanto mais cedo se procura ajuda, mais cedo se diagnostica e se trata o problema. Para que o processo psicoterapêutico se dê de forma satisfatória é preciso saber que o psicólogo não tem sozinho as respostas que você procura e, portanto, não lhe dará soluções mágicas.

O sucesso da terapia ocorrerá como resultado do trabalho e do comprometimento do terapeuta e do paciente.

A atitude firme do paciente em querer melhorar é fundamental para o sucesso da terapia da mesma forma que é importante a competência profissional do terapeuta. Quanto à duração do processo psicoterapêutico deve-se dizer que não há um tempo certo para finalizar um tratamento. Cada caso tem suas características próprias, assim como cada pessoa tem um ritmo único e pessoal para lidar com sua subjectividade.

Algumas vezes o paciente chega com uma queixa bem delimitada que em poucas sessões é resolvida e em outros casos os problemas trazidos são mais com-

plexos demandando assim um tempo maior. Cada um tem seu tempo. Ao procurar um profissional é preciso se certificar de que se trata de alguém preparado e que, portanto, tem condições de ajudá-lo de fato. Observe se é formado e se tem registo no Conselho de Psicologia. O paciente deve saber que tudo o que é tratado em psicoterapia mantém-se em sigilo absoluto. Esse é um direito do paciente assegurado pelo Código de Ética Profissional de Psicologia. Além disso, também é importante que você sinta empatia e confiança no seu psicólogo e que se sinta bem e acolhido na clínica em que procurou para fazer terapia.

Não tenha receio de visitar alguns profissionais antes de se decidir por aquele que você mais gostou.

Geralmente a primeira entrevista não é cobrada e é uma boa oportunidade para você tirar suas dúvidas e conhecer o trabalho realizado pelo terapeuta.

Procurar ajuda psicológica é um sinal de coragem e maturidade. É a oportunidade que você se dá para olhar de frente seus problemas e as dificuldades causadoras de infelicidade e sofrimento para aprender a melhor maneira de lidar com elas, se fortalecer, desenvolver seus potenciais, se auto conhecer.

É um investimento na sua qualidade de vida e no seu crescimento pessoal.

Fazer psicoterapia é reservar um espaço e um tempo na sua vida para cuidar de você.

Luanda, 9 de Setembro de 2013

Figueira Maria Sonhe, Intendente, Psicólogo

Telefone n. 912326818.do CPL.PN.

Bibliografia:

- Psicologia de educação, Manuela Pessanha Plural, grupos Portos Editoras
- Programa da acadeira e Aconselhamento Psicológico, Fac.UAN, prof. João Múvuma (Lito) -2009.
- Maria Luísa S.Teles, o que é psicológico, e editora Brasileira.

Infelizmente nem sempre conseguimos manter esse bem-estar e uma boa qualidade de vida



Edilson Ferdinando



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A família é um sistema constituído por vários elementos que estabelecem entre si uma relação em interdependência, ou seja, é um todo onde cada uma das partes está interligada à outra para o funcionamento do mesmo sistema.

A família é um grupo de indivíduos unidos por laços de triangulação e interdependentes em relação aos elementos fundamentais da vida. Adelina Gimeno Collado (2001).

A família é, também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social. É uma estrutura que tem subjacente uma rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem. Entretanto, constructo teórico, a estrutura da família corresponde, então, a imagem que podemos ter do funcionamento deste grupo tendo em conta os seguintes parâmetros: “quem, com quem, para fazer o que, como, quando e onde? Madalena Alarcão (2006).

O conceito de família não é um conceito unívoco para todas as épocas e culturas, pelo que podemos apreciar substanciais diferenças transculturais entre os mem-

brós da família que se sentem parte dela, assim como nos papéis e funções esperados de cada um e da família no seu todo. Adelina Gimeno (2001).

A vivência em família implica uma capacidade de adaptação aos hábitos e costumes de outrem com base no respeito mútuo, implicando a aceitação dos limites impostos pelas normas de convivências (regras, normas, leis e regulamentos) que determinam os padrões de cada comunidade e/ou sociedade.

Os conflitos familiares surgem com base na incompreensão e na incapacidade que cada elemento na família enfrenta na convivência que tem com causas inúmeras que vão desde os aspectos sócio-culturais, aspectos económicos, a incapacidade de gerir a própria familiar, a interferência de terceiros, passando pelo desgaste da própria relação, já que ela tem um aspecto dinâmico.

A observação dos conflitos familiares que tendem diariamente a crescer na nossa sociedade tem sido a nosso ver, a base fundamental das desgraças da família, sobretudo dos membros mais vulneráveis tais como - as crianças, adolescentes e velhos e até mes-

A violência é um fenómeno dependente do contexto, do momento que a pessoa vive, das suas experiências e seus processos psicológicos e de suas características individuais

mo mulheres, levando a rotura, aos desmembramentos dos elementos da família, a desgraça de todos e o comprometimento do crescimento e desenvolvimento harmonioso dos filhos e da estabilidade física e mental de todos os membros da família e da sociedade em geral uma vez que a família é o núcleo da sociedade.

Violência doméstica é a agressão física, psicológica e/ou moral contra e entre os membros da mesma família e que coabitam.

A violência doméstica é um fenómeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa a todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco, processo que Vicente Faleiros (1995) descreve como “fabricação de obediência”.

O fenómeno violência doméstica aparece no cotidiano da sociedade actual, estendendo-se desde a guerra às evidências de automutilação experienciadas pelos seres humanos. A relação das pessoas com os eventos violentos passa por distintos graus de ocorrência, intensidade, frequência, duração e severidade (Cowan, & Schulz, 1996; De Antoni, 2000; Pianta & Walsh, 1996). A violência é um fenómeno dependente do contexto, do momento que a pessoa vive, das suas experiências e seus processos psicológicos e de suas características individuais. Mais ainda, actos violentos podem ocorrer, afectar, repetir-se, permanecerem e causarem distúrbios, na presença ou ausência de condições pessoais de auto-eficácia, inteligência e saúde mental, de coesão ecológica ou conflitos e da estrutura e funcionamento de uma rede de apoio social afectiva. Comportamentos violentos expressam-se por padrões persistentes de hostilidade e agressividade, pelas quais os direitos básicos dos outros ou as normas sociais não são respeitadas. Há presença de comportamento negativista, desafiador e que pode gerar dano também à própria que o emite.

Na literatura norte-americana o termo “*domestic violence*” é mais utilizado para referir-se aos homens que controlam as mulheres, especificamente suas esposas, no seu relacionamento através do uso da violência. Não é somente uma forma de violência entre pares de adultos ou de adolescentes em suas relações conjugais, mas também é conceituada entre pessoas que co-habitam o mesmo espaço físico e de casais de namorados heterossexual ou homossexuais (Johnson & Ferraro, 2000). Portanto, o termo é relacionado à violência conjugal. Para relatar a violência (abuso físico, abuso sexual, abuso emocional) de pais para com os filhos, os pesquisadores e estudiosos do tema preferem utilizar o termo “*family violence*” ou “*intra-familial violence*” (Ammerman & Hersen, 2000). Por outro lado, no Brasil, a violência doméstica tende a descrever a agressão física em qualquer relação de parentesco.

No fenómeno violência física assiste-se o reinar da lei do mais forte, onde o indivíduo mais forte oprime os

indivíduos ou grupos mais fracos. Adelina Gimene(2001) afirma tratar-se de exercer um controle mediante condutas tais como a violência física, a humilhação verbal e emocional, a dependência económica, o abuso sexual, e muitos casos que tem o objectivo de minar a independência da vítima.

Nas relações intersubjectivas, os psicólogos descreveram duas grandes formas de violência moral, exercida pelas pessoas dominantes para prolongar reforçar sua superioridade: A ameaça da retirada do amor e da protecção (mecanismos frequentes na neurose), e o uso perverso do raciocínio, que submete a vítima a contradições lógicas, as comunicações paradoxais às quais lhe é proibido escapar e cuja culpa se volta contra ela.

A violência constitui sempre uma forma de exercício de poder, mediante o uso de poder, mediante o uso da força (física, psicológica, económica, política), pelo que define inevitavelmente papéis complementares: assim surge o vitimizador e a vítima.

O recurso à força constitui-se como um método possível de resolução de conflitos interpessoais procurando o vitimador que a vítima faça o que ele pretende, que concorde com ele ou, pura e simplesmente, que se anule e lhe ofereça a sua posição/identidade. O comportamento violento tem por objectivo submeter o outro mediante o uso da força. Corsi (1995), refere que no âmbito das relações interpessoais, o comportamento violento é sinónimo de abuso de poder, na medida em que ele é utilizado para provocar dano a outra pessoa. Por isso, o vínculo caracterizado pelo exercício de violência, de uma pessoa em relação a outra, denomina-se relação de abuso.

Violência doméstica é um fenómeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana



Textos: **Hélio Canda**
Foto: **João Manuel**



CPL GARANTE MAIS SEGURANÇA EM LUANDA POLÍCIA NACIONAL COM NOVAS INFRA-ESTRUTURAS CPL GANHA MAS ESQUADRAS E POSTOS POLICIAIS

No âmbito do Plano de modernização e desenvolvimento em curso na Polícia Nacional, o Comando Geral da Polícia Nacional, em parceria com o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e as Administrações dos distritos e municípios da Maianga, Rangel, Cazenga, Viana e Cacaco, inauguraram em Luanda, duas Esquadras, nove Postos Policiais e ofereceram meios rolantes para facilitar o patrulhamento.

Ao Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário Geral Ambrósio de Lemos Freire dos Santos coube inaugurar os postos policiais do Tanque Serra, pertencente a divisão da Samba, do Bairro Seis, divisão de Viana, Vila da Mata e Vila de Luanda e a 16ª Esquadra de Calawenda, concernentes a divisão do Cazenga.

Ainda na senda das inaugurações, o Ministro das Telecomunicações e tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha procedeu o corte da fita no Posto Policial do Zango I, divisão de Viana, onde referiu que é importante estender os serviços policiais em todo território nacional, até naquelas zonas pouco povoadas.

José da Rocha, informou também, que a construção do posto policial só foi possível, graças ao patrocínio saí-

do do fundo dos institutos do mesmo ministério. Com a inauguração da esquadra, a primeira sensação de cada morador e não só, será de segurança, acrescentou.

Ao distrito da Maianga, conveio ao Administrador Manuel José Marta fazer o corte da fita.

De seguida, o Comandante Geral da Polícia Nacional e a comitiva que o acompanhou deslocaram-se ao município de Cacaco, onde a Administradora municipal Rosa dos Santos e o Comandante Provincial de Luanda, António Maria Sita inauguraram a Esquadra Policial da Pedreira e o Posto Policial do Belo Monte, respectivamente.

A actividade de campo do Comandante Geral da Polícia Nacional culminou no distrito do Rangel, onde o Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares Ferreira procedeu igualmente a inauguração da Esquadra Policial da Terra Nova.

Na ocasião, o Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, disse aos presentes que vai continuar a apoiar a Polícia Nacional, não só com terrenos para a construção de infra-estruturas, mas também com equipamentos de apetrechamento dos mesmos.

Fizeram parte da comitiva policial, membros do Conselho Consultivo do Comando Geral da Polícia Nacional.





EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA

O AUTOMÓVEL - UMA ARMA PERIGOSA

Textos: **Comissário Francisco Pestana**



Certa vez, um ilustre professor britânico perguntava aos seus alunos se eles seriam capazes de aceitar, de bom grado, uma nova descoberta que tornasse a vida do homem mais fácil, mais cómoda, mais agradável, ainda que essa descoberta pudesse custar anualmente a vida de milhares de pessoas.

Muito espantados pela pergunta do Mestre, os estudantes, numa só voz, responderam imediatamente com um NÃO redondo, firme, peremptório.

“Lamento imenso” - disse-lhes então o professor.

“É que a descoberta já aconteceu. Trata-se, muito simplesmente, do AUTOMÓVEL!”

Antes de surgir o automóvel, já os cavalos e as carroças produziam prejuízos de toda a monta. Mas, com o aparecimento dessa máquina infernal, hoje indispensável à humanidade, a situação transformou-se, pelo Mundo fora, numa verdadeira tragédia. Num problema típico do último século e deste que há pouco tempo começou.

Datará do ano de 1907 a primeira vítima mortal por acidente do trânsito automóvel, ocorrido em Nova Iorque. Começava, assim, a cumprir-se a profecia de uma famosa bruxa - a Mother Shipton, que viveu no século XV.

Afinal, os culpados deste permanente genocídio que cresce diariamente na face na Terra e que, sem discriminação de raça, credo, sexo, poder, riqueza, condição social, prestígio, fama, enfim

Assim como Júlio Vernes previu o submarino, esta profética mulher previa, há centenas de anos atrás, que as carruagens viriam a correr sem cavalos e que os acidentes haveriam de cobrir de desgraça o Mundo inteiro.

A famosa bruxa do século XV não se enganava.

Mas quem serão, afinal, os culpados deste permanente genocídio que cresce diariamente na face na Terra e que, sem discriminação de raça, credo, sexo, poder, riqueza, condição social, prestígio, fama, enfim, sem discriminar absolutamente ninguém, provoca tantas vítimas?

De um modo geral, a causa dos acidentes do trânsito automóvel são atribuídas aos condutores, aos veículos e às vias.

Nos países mais desenvolvidos, onde os veículos são submetidos a exigentes normas de qualidade e de segurança e onde o sistema das vias não oferece problemas de maior, a responsabilidade pelos acidentes de trânsito é atribuída, em primeiro lugar e numa proporção considerável, aos próprios condutores.

Nos anos 50 do passado século XX, a Organização Mundial da Saúde definia o acidente de trânsito como “um acontecimento fortuito de que resulta uma efectiva lesão”.

Mas, já na década seguinte, esta definição era alterada, tendo aquela organização internacional passado a entender que “os acidentes de trânsito raramente são acidentais”. Deixaram, portanto, de ser casos fortuitos. Deixaram de ser acontecimentos do acaso.

Vemos por aí condutores que já tiveram vários acidentes de trânsito. São os reincidentes. São acidentalistas por natureza. São acidentados permanentes. Temo-los aqui em Luanda e pelo País fora. Não faltam os condutores distraídos. Os imperturbáveis. Os recalcitrantes. Os desobedientes. Os inadaptados. Os descuidados. Os mal-educados. E outros sem classificação possível.

E você, ouvinte amigo, acha-se um condutor prudente?

Acontece quase sempre que a aprendizagem numa escola de condução, nem sempre é eficiente. Poderão os instruídos ficar aptos para enfrentarem um exame algumas vezes realizado com erros. Mas ainda que fique aprovado nesse exame, não podemos afirmar categoricamente que esse aluno já sabe conduzir um automóvel.

Ele só vai começar, de facto, a aprender a conduzir muito mais tarde. Quando adquirir a experiência necessária que fazem dele um condutor.

Experiência, prudência e responsabilidade farão dele um bom condutor. Mas não nos podemos esquecer que as possibilidades humanas têm limites.

Tenha um bom dia, sem acidentes.

SEJA PRUDENTE. EVITE O ACIDENTE.

Textos: **Jorge Lemos**
Foto: **João Manuel**



CHEFE DO POSTO DE COMANDO CENTRAL CONCLUI MESTRADO

O chefe do Posto de Comando Central do Comando Geral da Polícia Nacional, Comissário Manuel João Cale "Walema" concluiu recentemente o mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Professores, pelo Instituto Superior de Ciências Educativas em Odivelas, Portugal.

No seu trabalho final de curso, o autor faz uma abordagem sobre as relações interpessoais entre professores e alunos destacando a sua vivência na Escola Primária nº 211 localizada na cidade de Ndalatando, município do Cazengo, na província do Kwanza Norte, o que suscitou curiosidade sobre as relações professor-aluno no processo de aprendizagem.

A pesquisa que esteve versada na investigação sobre as implicações da relação interpessoal entre pro-

fessores e alunos da Escola nº 211 em Ndalatando teve como objectivo, o melhoramento dos factores críticos do relacionamento e elaboração metodológica para a melhorar as relações entre as partes.

Natural de Benguela, nascido a 01 de Março de 1953, Manuel João Cale é funcionário do Ministério do Interior há 37 anos.

De realçar que dentre as várias funções desempenhadas na Polícia Nacional, destacam-se as de Comandante e Delegado Provincial nas províncias do Huambo, Namibe, Moxico, Zaire, Lunda Norte, Bié e Kwanza Norte.

O Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional deseja ao Comissário Walema, os maiores êxitos na sua vida futura e que este seu feito seja um exemplo a seguir.

Comissário Manuel João Cale "Walema" Chefe do Posto de Comando Central do Comando Geral da Polícia Nacional

UM BOM EXEMPLO

Textos: **Aristófares Santos**

Foto: **João Manuel**



“Um bom exemplo”, é com estas palavras que louvamos o esforço dos três jovens efectivos do Gabinete de Comunicação e Imagem que terminaram as suas licenciaturas, facto que constitui um incentivo a todos nós no sentido de continuarmos a apostar na formação do homem como aspecto fundamental, para melhoria da acção policial perante os cidadãos.

Os recém-formados, tratam-se do 3º Subchefe Jorge Lemos, licenciado em Engenharia Informática, pela Universidade Gregório Semedo (UGS), que segundo as suas palavras, não foi um caminho fácil, mas com a graça de Deus e apesar das dificuldades, é satisfatório o sentimento de dever cumprido. Já a jovem 3º Subchefe Filomena Sanches, licenciou-se em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Técnica de Angola (UTANGA), é diz que é um sonho realizado, porque apesar das

A nós Gabinete de Comunicação e Imagem resta-nos dizer que os esforços destes três jovens é “Um Exemplo a Seguir”

imensas dificuldades, o objectivo foi alcançado, sendo que a formação pretendida, hoje é realidade e aproveitamos o momento para dedicar a sua formação ao seu pai (em memória) que apesar de estar fisicamente distante continua vivo no seu coração.

A 3º Subchefe Antonica Cancelinha que se licenciou em Gestão de Recursos Humanos afirma que a mesma tem um significado muito especial e agradece a Deus por permitir que o sonho da formação se tornasse realidade e reforça dizendo que não é o fim do ciclo, mas sim, o começo de uma carreira profissional com muita responsabilidade.

Finalmente, os recém-formados encorajam a todo o efectivo no sentido de nunca desistirem dos seus sonhos, para que possam melhor contribuir na reconstrução do país.

A nós, Gabinete de Comunicação e Imagem resta-nos dizer que os esforços destes três jovens é “Um Exemplo a Seguir”.



MENSAGEM DE FELICITAÇÕES DO 2º COMANDANTE GERAL

Excelência senhor Comandante Geral
Excelentíssimos senhores 2^{os} Comandantes Gerais
Digníssimos membros do Conselho Consultivo da Polícia Nacional

O ano de 2013 está prestes a terminar e, com ele, a necessidade de nos juntarmos, para saudar o chefe e manifestar a nossa permanente solidariedade, por tudo quanto conjuntamente fizemos para o engrandecimento da nossa Polícia, e ao mesmo tempo dizer que estamos juntos nesta empreitada, que é a manutenção da ordem e tranquilidade pública, proporcionando aos angolanos e a todos quantos escolheram o nosso país para viver e/ou trabalhar, a segurança necessária, que bem merecem e precisam, para a realização dos seus projectos.

Camarada Comandante Geral

Em 2013, sob vossa direcção, e, isto, sem queremos fazer já um balanço antecipado das nossas actividades desenvolvidas ao longo do ano que dentro de dias termina, podemos afirmar que, mais uma vez continuamos a somar vitórias. Pois, prosseguimos a dar corpo ao nosso plano de modernização e desenvolvimento, com maior ou menor dificuldade, apetrechando as diversas estruturas da Polícia Nacional, com alguns meios indispensáveis, para o exercício da actividade policial, como:

Transportes;

A multiplicação exitosa das espécies equino e canina que muitos nos orgulha;

Proseguimos a dar corpo ao nosso plano de modernização e desenvolvimento, com maior ou menor dificuldade, apetrechando as diversas estruturas da Polícia Nacional, com alguns meios indispensáveis, para o exercício da actividade policial

O início da camarização da cidade de Luanda com meios de vídeo vigilância, nossa grande preocupação, que vai permitir controlar melhor o tráfego rodoviário e auxílio ao trabalho de ordem pública;

O contínuo melhoramento das condições de trabalhos nas unidades, onde pontificam os Comandos da Polícia de Guarda, da Brigada Especial de Trânsito e outras subunidades policiais, cuja inauguração, fomos assistindo ao longo do ano, de entre outras tarefas.

Senhor Comandante Geral

Enche-nos de orgulho, o facto de pela 1ª vez na história, a República de Angola, ter organizado o campeonato do mundo de Hóquei em Patins, tendo decorrido de forma exemplar e a segurança pública ter sido proporcionada, sem mácula.

O asseguramento exitoso da Taça Zé-Dú em Hóquei em Patins que teve lugar na província de Malange, com a participação de equipas estrangeiras como Brasil, Espanha e Argentina, igualmente assegurada sem sobressalto de ordem policial.

Excelências

Minas senhoras

Meus senhores

Fazendo uma breve reflexão em torno do moral dos nossos efectivos, podemos afirmar, que este, manteve-se alto. Porém, aconselha-nos que no próximo ano continuemos a prestar especial atenção ao comportamento de alguns efectivos das Unidades de controlo do trânsito rodoviário e outras de manutenção da ordem pública, pois, em alguns casos, estas não tiveram um desempenho recomendável, sugerindo-se a realização de uma cruzada de combate a tais actos e comportamentos contrários aos princípios elementares do exercício da função policial, contando com o empenho de todos os quadros, do topo à base.

Para terminar, permita-me Senhor Comandante Geral, que em nome de todos os oficiais comissários, superiores, subalternos, subchefes, agentes e trabalhadores civis, o felicitemos por ocasião da quadra festiva, ao mesmo tempo, que auguramos-lhe, muita saúde pessoal, felicidade e sucessos na vida, extensivos à vossa família, e que o ano de 2014, seja mais próspero e coroado de êxitos, na nossa principal missão, que é a garantia de melhores serviços de segurança às instituições, aos cidadãos e respectivos bens.

Bem-haja a Polícia Nacional

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”





MENSAGEM DE FIM DE ANO DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA NACIONAL, APRESENTADA POR OCASIÃO DA PASSAGEM DE ANO 2013/2014

Foto: João Manuel

Excelentíssimos oficiais, subchefes, agentes e trabalhadores civis da Polícia Nacional;

Minhas senhoras e meus senhores;

O ano de 2013 chega ao fim, sendo por isso o momento ideal para se fazer uma retrospectiva que permita visualizar os sucessos e insucessos vivenciados pela Polícia Nacional.

No ano que ora finda, os esforços da Polícia Nacional centram-se na manutenção da ordem e tranquilidade pública, mediante a execução de medidas concretas de prevenção e repressão de práticas delituosas, combate à imigração ilegal e aos crimes de carácter económico e fiscal, visando contribuir para a consolidação da paz, da democracia e da reconciliação nacional.

A situação de segurança pública em Angola é aceitável, apesar da persistência dos factores que geralmente contribuem para a prática de ilícitos, tais como a crença no feiticismo, o alcoolismo (particularmente nos jovens) e uma certa desestabilização familiar. Entretanto, continua a constituir preocupação a situação de sinistralidade rodoviária, devido ao elevado número de acidentes de viação e suas consequências em mortos e feridos.

A acção da Polícia Nacional incidiu também sobre a necessidade de melhorar constantemente as condições laborais dos efectivos e no atendimento às populações, mediante a construção, reabilitação e apetrechamento de diversas infra-estruturas policiais, com o evidente apoio do Governo, de uma forma geral.

factos exigiram empenho diferenciados, sendo por isso de louvar o espírito de abnegação e entrega dos efectivos da Polícia Nacional

Todos esses factos exigiram empenho diferenciados, sendo por isso de louvar o espírito de abnegação e entrega dos efectivos da Polícia Nacional que não pouparam esforços para a defesa da legalidade democrática e o regular exercício dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Minhas senhoras e meus senhores

No ano 2014, a Polícia Nacional deverá orientar a sua acção para:

- O apetrechamento dos órgãos de investigação criminal e da Polícia de Guarda Fronteira com equipamentos e tecnologias mais apropriadas às exigências operacionais actuais;

- A criação de um Instituto de Medicina Legal;

- A realização de uma Conferência Nacional sobre a Sinistralidade Rodoviária;

- A execução de medidas de política criminal que visarão dar resposta à grande, média e pequena criminalidade;

- A garantia do reforço da segurança pública, através do aumento do dispositivo policial;

- A elevação do sentimento de segurança das populações;
- O aprimoramento das condições humanas e técnico-materiais;

- O melhoramento da segurança e controlo das fronteiras nacionais;

- A execução de acções concernentes a elevação do nível de formação técnico-profissional dos efectivos;

- O estabelecimento de indicadores internos de avaliação de desempenho para desenvolvimento de uma política de gestão de recursos humanos que dê respostas às necessidades da corporação.

Minhas senhoras e meus senhores

O espírito de entrega dos nossos efectivos à causa da nação fará do novo ano um período bastante promissor para o bem-estar das nossas populações, tendo em conta o papel chave que a Polícia Nacional desempenha para a estabilidade social e institucional, pelo que aproveito o ensejo para reiterar o apelo às nossas populações pelo respeito as leis e as autoridades constituídas e prestar o apoio de sempre, colaborado com as forças da ordem na denúncia de condutas indecorosas ou criminais e desta forma contribuir para a segurança das comunidades e dos seus bens.

Desejo a todos os oficiais, subchefes, agentes e trabalhadores civis, votos de festas felizes, um ano novo muito próspero e, sobretudo, muita saúde.

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”



FILHOS DE FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA NACIONAL FESTEJAM NATAL

Dança, poesia e muita música animaram nesta o natal antecipado dos filhos dos funcionários da Polícia Nacional, em cerimónia orientada pelo segundo Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário chefe Salvador José Rodrigues “Dodó”.

A cerimónia, que teve lugar no centro infantil da Polícia Nacional “Ninho dos Azulinhos”, em Luanda, contou com a realização de várias actividades recreativas dentre elas uma coreografia sobre a vida de Jesus Cristo, apresentada pelo petizes da instituição, exposições de danças, bem como entregas de brinquedos e certificados de 36 finalistas da instituição que atingiram a idade escolar.

Na ocasião, o Comissário chefe Salvador José Rodrigues salientou que a Polícia sempre está preocupada com os filhos dos efectivos, no sentido de lhes proporcionar melhores condições de acomodamento durante o dia enquanto os pais exercem as funções que é de garantir a ordem e tranquilidade das populações.

Neste sentido, segundo Comandante Geral da corporação desejou a todas as crianças saúde e disciplina para que no futuro sejam bons funcionários, em particular na Polícia Nacional.

Por sua vez, o chefe dos Serviços Sociais do Comando Geral da Polícia Nacional, Comissário Matias Castro da Silva, pelou aos encarregados de educação a terem maior acompanhamento dos filhos, de forma a serem no futuro bons funcionários.

Em declarações à imprensa Euclides Valentim de 6 anos disse estar satisfeito pela festa e deseja ser polícia futuro.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE FIM DE ANO 2013, DO MINISTRO DO INTERIOR, DR ÂNGELO DE BARROS VEIGA TAVARES, ASSESSOR PRISIONAL PRINCIPAL

Caríssimos Secretários de Estado do Interior
 Distinto Comandante Geral da Polícia Nacional
 Ilustre Inspector-Geral adjunto do Ministério do Interior
 Mui dignos membros dos Conselhos Consultivos do
 Ministério do Interior e de seus Órgãos
 Senhores Oficiais Comissários, Superiores, Subalternos,
 Subchefes, Agentes, e Trabalhadores Cívicos
 Minhas senhoras, meus senhores
 Considerações gerais

Dentro de pouco tempo terminará o ano de 2013 e nascerá 2014. É um momento importante na vida de cada um de nós e de nossas famílias, mas, sobretudo, na vida da sociedade, do país e das suas instituições, de que somos legítimos guardiões.

Nestas ocasiões, ao reflectirmos sobre o que foi feito, caímos sempre na tentação de considerar o trabalho desenvolvido como positivo.

Se efectivamente muito foi feito, temos que ter consciência que ainda há muito por fazer.

Devemos deixar que os aspectos positivos sejam reconhecidos pelos destinatários da nossa actividade e pelos analistas e concentrarmos as nossas atenções naquilo que temos que fazer, nas nossas debilidades e insuficiências, aceitando, com humildade, as críticas e

sugestões, com vista a melhorar o nosso desempenho.

As intrigas, calúnias e ataques pessoais deveremos responder com trabalho não deixando que estas abalem as nossas estruturas e serenidade, no exercício da nossa actividade de servidores públicos.

FEITOS 2013

Na verdade, durante o ano que ora finda, registamos algumas realizações importantes, de entre as quais podemos destacar:

- Uma maior harmonia entre as diferentes estruturas do Ministério do Interior;

- Criação de novas infra-estruturas a nível dos diferentes órgãos do Ministério do Interior e reforço da capacidade técnica e tecnológica dos seus Órgãos Executivos Centrais;

- Melhoria das condições de trabalho dos efectivos e de habitabilidade dos reclusos;

- Criação do Instituto Médio de Ciências Policiais General Santana André Pitra "Petroff", na Baía Farta, em Benguela, após elevação do nível Médio à Superior do Instituto de Ciências Policiais General Osvaldo de Jesus. Serra Van-Dúnem, sediado em Luanda;

- Foi despoletado e está em fase final de tratamento administrativo o processo de aquisição de meios para o

Os aspectos positivos sejam reconhecidos pelos destinatários da nossa actividade e pelos analistas e concentrarmos as nossas atenções naquilo que temos que fazer, nas nossas debilidades e insuficiências, aceitando, com humildade, as críticas e sugestões, com vista a melhorar o nosso desempenho.



reforço da capacidade operativa e funcional dos Órgãos Executivos Centrais do MININT, com destaque para a Polícia de Fronteiras e a Polícia de Investigação Criminal.

Sobre a melhoria das condições sociais dos efectivos

- No entanto, como um dos maiores ganhos, registamos a aprovação pelo Executivo da nova tabela salarial para o pessoal do Regime. Especial de Carreiras do Ministério do Interior, com incrementos significativos nos níveis intermédio e de base, o que, acrescido as participações nas multas em vigor a nível da Polícia Nacional e que proximamente vigorará a nível do Serviço de Migração e Estrangeiros, após publicação do Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Interior e das Finanças recentemente assinado e outros benefícios em vigor e a implementar, melhorará, substancialmente, o rendimento salarial do pessoal do regime especial de carreiras do Ministério do Interior.

- Foram igualmente aprovados diplomas fundamentais para a vida dos Órgãos Executivos Centrais, nomeadamente o novo regime de carreiras do Serviço de Migração e Estrangeiros, dos Serviços Prisionais e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros bem como os regulamentos de disciplina e de avaliação de desempenho dos referidos órgãos e da Polícia Nacional.

Tais instrumentos permitirão um exercício de direcção mais rigoroso e justo na selecção, promoção e graduação do pessoal deste regime, mas também na depuração dos agentes que se mostrarem nocivos e com comportamentos contrários aos fins legais dos respectivos órgãos e no tratamento aos destinatários dos seus serviços.

SOBRE A DISCIPLINA

O regulamento de disciplina aprovado, por exemplo, sanciona com pena de demissão, sem prejuízo a outros procedimentos criminais legalmente previstos, as práticas de extorsão, corrupção, a recepção de valores monetários ou outros para facilitar a execução de actos migratórios, tais como vistos de trabalho e cartões de estrangeiro residente; a introdução de objectos proibidos no interior dos estabelecimentos prisionais, maus tratos a reclusos e a outros destinatários da nossa actividade, só para destacar alguns.

No domínio da Investigação Criminal

- Concluímos os projectos de diplomas sobre os Conselhos Comunitários de Segurança que neste momento merecem tratamento de outras estruturas;

- Um outro aspecto que merece realce prende-se com o facto de termos cumprido com êxito a orientação expressa de sua Excia. Eng^o José Eduardo dos Santos, Presidente da República e titular do Poder Executivo, no sentido de que envidássemos todos os esforços com vista ao esclarecimento do caso relativo ao desaparecimento de dois jovens angolanos, missão exitosamente cumprida, fruto de um árduo trabalho, elevado empenho, profissionalismo e isenção de exímios oficiais da Polícia de Investigação Criminal, a quem reiteramos o nosso mais profundo reconhecimento, agradecendo todas entidades que contribuíram para o esclarecimento deste caso.

SOBRE OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS DOS CIDADÃOS

- Durante o ano em curso, garantimos o pleno funcionamento de todas as instituições do Estado Democrático, o livre exercício pelos cidadãos, dos seus direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, sempre que correcta e legalmente exercidos e aprimoramos os mecanismos que concorrem para o aprofundamento do respeito pelas liberdades democráticas, direitos humanos e dos cidadãos, numa perspectiva de equilíbrio com a defesa dos direitos do "outro" e do interesse público.

Neste particular, é importante destacar a preservação da paz, a integridade territorial e a estabilidade social, não obstante algumas tentativas de alteração profunda da ordem instituída, com realce para o mês de Novembro, onde certas forças políticas se propunham realizar manifestações de carácter político partidário em todo o país, cujos lemas e materiais de propaganda ostensiva e insultuosa, exigiam' o derrube do actual

Poder do Estado vigente no país, que foi sufragado pelo povo nas eleições gerais de 2012.

Tal realidade levou a que alguns grupos bem identificados se inspirassem em realidades alheias ao povo angolano e manifestassem predisposição para desencadear acções que poderiam abalar profundamente as instituições do Estado Democrático e certamente instalar o caos, pondo em risco a paz, a integridade territorial do país e os ganhos registados desde 2002.

A agravar o acima referido, em algumas localidades do país, alguns cidadãos com e sem vínculos a partidos políticos, incluindo alguns marginais, inspirados em imagens que correram o mundo, pretendiam vandalizar bens públicos, atacar propriedades privadas e destruir e apropriar-se de bens de pacatos cidadãos, alguns deles conseguidos com enorme esforço.

Estas e outras informações, tratadas na altura com a descrição e serenidade necessárias, para não causar pânico à população, foram prestadas aos partidos MPLA e UNITA em encontros mantidos com o Ministro do Interior, que exibiu na oportunidade elementos e sinais evidentes que reflectiam tais intenções, tendo recebido garantias da maior ponderação por parte de ambos partidos políticos, promessa não observada pela UNITA, gorando deste modo as expectativas criadas e a compreensão demonstrada no encontro com aquele partido.

A direcção do Ministério do Interior está disponível para a abordagem, a todo e qualquer momento de questões relativas ao seu objecto social, consciente que a preservação da paz e da ordem são mais do que meros discursos políticos.

Importa ainda referir que a responsabilidade da Polícia Nacional de defender as instituições do Estado e particularmente das resultantes do processo democrático, onde se inclui o Poder Executivo, não deve ser confundida com a partidarização da Polícia Nacional e que esta pode, tal como estabelece a lei, determinar o cancelamento de manifestações e actos similares, quando esteja em causa a segurança dos cidadãos e das instituições.

Sem prejuízo a outros procedimentos criminais legalmente previstos, as práticas de extorsão, corrupção, a recepção de valores monetários ou outros para facilitar a execução de actos migratórios, tais como vistos de trabalho e cartões de estrangeiro residente

Preocupações existentes

Minhas senhoras e meus senhores

Estamos conscientes que temos ainda muito a fazer, se tivermos em conta algumas situações que continuam a requerer da nossa parte uma especial atenção, pois, tal como referi no meu discurso de apresentação, o exercício do meu mandato, tem como signos a disciplina, a todos os níveis, o rigor, na gestão dos recursos humanos e da coisa pública e o controlo, dos actos e desempenho dos efectivos. Porém, sentimo-nos ainda aquém desta projecção, uma vez que:

- Os índices de criminalidade e particularmente da violenta, cometidos maioritariamente com armas de fogo, constituem ainda motivo de grande preocupação;

- Continuam a registar-se irregularidades no tratamento dos actos migratórios, particularmente em relação a vistos de trabalho e cartões de residente, conforme pudemos constatar no trabalho de inspecção de seguimento, que ordenei que fosse realizado no SME, com vista à fiscalização do cumprimento de orientações decorrentes de uma acção inspectiva anterior e de outras constatações da sua Direcção;

- A nível dos Serviços Prisionais ainda nos deparamos com o problema da superlotação, apesar de ter diminuído com a entrada em funcionamento, de novos estabelecimentos prisionais. E também ainda notória uma postura menos ajustada por parte de certos agentes dos Serviços.

- Continua a preocupar-nos sobremaneira o problema da sinistralidade rodoviária que só nos três primeiros trimestres do ano que agora termina ceifou já mais de três mil vidas, maioritariamente de jovens.

Se compararmos o período de 1993 a 2002, isto é durante o conflito armado, em que registamos 45.388 acidentes de viação que causaram 9.377 mortos e 34.484 feridos ao período de paz, de 2003 a 2012 em que registamos 129.983 acidentes de viação que provocaram 26.398 mortos e 102.886 feridos, podemos dizer que o quadro resultante da sinistralidade rodoviária constitui um verdadeiro adversário da paz, estabilidade e desenvolvimento, que temos que vencer.

Tal facto levou a que o Executivo elaborasse um Plano Nacional de Prevenção Rodoviária para o período de 2014/2017, a ser abordado com a devida profundidade e com a participação de várias sensibilidades, na Conferência Nacional Sobre Prevenção Rodoviária a ter lugar no início do ano de 2014.

É ainda débil a resposta à aplicação do novo Código de Estrada particularmente no rigor para com os motociclistas, sem descurar os automobilistas e peões;

Temos debilidades e vulnerabilidades no sistema de protecção das nossas fronteiras, situação que potencia a imigração ilegal.

Temos igualmente que melhorar a capacidade de resposta do Serviço e do Sistema Nacional de Protecção Civil nas situações de calamidades, desastres naturais e outras acções de solidariedade social.

A venda informal de ship's para telefones móveis po-

tencia a criminalidade e dificulta a acção policial no esclarecimento, em tempo útil, dos crimes que são cometidos, pelo que será publicado brevemente um Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Interior, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e do Comércio, para pôr fim a essa prática exigindo que todos os que possuam terminais telefónicos adquiridos por essa via regularizem a sua situação, num prazo a ser estabelecido pelo referido diploma.

NOVOS DESAFIOS

Não restam dúvidas que o maior desafio prende-se com o trabalho a desenvolver em relação à consciência dos efectivos, de quem se espera uma postura mais ajustada ao perfil da instituição e um tratamento adequado na relação e abordagem ao cidadão.

Urge por isso a revitalização das áreas de Educação Moral e Cívica, em todos os Órgãos Executivos Centrais e unidades dependentes, devendo estas conceber, estruturar e ministrar conteúdos actuais e susceptíveis de influenciar, positivamente, o comportamento dos efectivos.

Reiteramos uma palavra muito especial aos órgãos de inspecção, cujo papel deverá ser mais incisivo, agora com a aprovação dos diplomas a que nos referimos e com o uso obrigatório de placas de identificação pública por cada agente em serviço, já em nossa posse e a ser implementado brevemente. Deverão também ter em conta a necessidade permanente do exercício da fiscalização das acções dos distintos órgãos do MININT, através da realização de inspecções dirigidas a questões atinentes às suas atribuições e competências.

Os Órgãos de Inspeção deverão assumir-se como instrumentos imprescindíveis ao exercício de direcção no Ministério do Interior, a todos os níveis, pelo que terão que apetrechar-se, com urgência, de quadros com reconhecida competência e idoneidade moral.

Assim, as inspecções extraordinárias deverão ser redobradas e entendidas como um modo normal de realização das actividades inspectivas, evitando-se que estas apenas tenham lugar quando solicitadas por ocorrência de alguma anomalia.

A informação joga um papel de extrema importância no processo de tomada de decisões e na coordenação da acção operativa e organizativa de todos os órgãos do MININT. Neste sentido, deverá ser prestada particular atenção ao cumprimento das normas contidas no sistema e níveis de informação do Ministério do Interior.

APOSTA NA JUVENTUDE E NA FORMAÇÃO

Insisto que aos quadros jovens, que se mostrem capazes, deverão ser dadas as devidas oportunidades, sem receio nem temor. Estes, porém, devem, com respeito e humildade, saber obter dos mais velhos a experiência de que necessitam.

SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS DOS EFECTIVOS

Deveremos, no ano que brevemente terá início, estudar mecanismos que permitam melhorar as condições so-

alguns já estão com acumulação de cartões amarelos e outros a trabalhar lesionados, o que certamente recomendará algumas alterações no plantel para melhor responder as exigências do momento e mostrar o cartão vermelho directo a aqueles que cometam faltas graves, De forma inversa devemos premiar e enaltecer aqueles que mais se destacam no engrandecimento desta equipa que é o Ministério do Interior.

ciais do pessoal do regime geral a funcionar no Ministério do Interior, alguns dos quais destacados trabalhadores, com vista a uma maior justiça social e creio que para o caso dos mais jovens poderão ser o primeiro recurso para o recrutamento para o regime especial de carreiras.

SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA INSTITUIÇÃO

Dedico uma palavra de apreço as mulheres, particularmente as do Ministério do Interior, a quem mantenho o repto lançado no sentido da sua contínua formação académica e técnico profissional, com vista a uma maior e mais adequada inserção nos diversos níveis hierárquicos do Ministério, devendo ser dadas iguais oportunidades a todos e procurando ser mais justos, dentro do princípio da igualdade no género.

CULTURA E DESPORTO

O Grupo Desportivo Interclube deverá cumprir com a sua responsabilidade de, para além de melhorar os resultados desportivos, assumir a organização das actividades recreativas e de lazer e ter em atenção a inserção dos filhos dos membros do MININT nas actividades desportivas.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Caros Dirigentes, Chefes e Trabalhadores do Ministério do Interior

Durante o ano de 2014 ocorrerá o senso nacional da população. E uma tarefa gigantesca e complexa para o êxito da qual estamos todos mobilizados. Cada um a seu nível e no seu posto, deverá assumir com empenho, as suas responsabilidades.

Caros camaradas

Tudo o que acabamos de expor demonstra que, apesar do que foi feito, ainda temos muito por fazer, pelo que deveremos entregar-nos de corpo e alma na realização das ingentes tarefas que nos estão acometidas, evitando um desproporcional apego às regalias sociais, muitas vezes reclamadas antes mesmo de se demonstrar trabalho.

Em 2014 um dos nossos maiores desafios será a reestruturação dos Órgãos Executivos Centrais do Ministério do Interior, conforme orientação expressa do titular do Poder Executivo, devendo ajustá-los no sentido de uma melhor capacidade de resposta e respeito pelos direitos humanos.

A resposta dos dirigentes, chefes e responsáveis nem sempre é a mais ajustada e fazendo analogia com o futebol, alguns já estão com acumulação de cartões amarelos e outros a trabalhar lesionados, o que certamente recomendará algumas alterações no plantel para melhor responder as exigências do momento e mostrar o cartão vermelho directo a aqueles que cometam faltas graves, De forma inversa devemos premiar e enaltecer aqueles que mais se destacam no engrandecimento desta equipa que é o Ministério do Interior.

Congratulamo-nos com o empenho e dedicação de todos os que contribuíram para os resultados alcançados garantindo que a paz, a ordem e a tranquilidade públi-

cas fossem uma realidade e exortamos que redobrem esforços em 2014 para que possamos corresponder às expectativas dos cidadãos.

SOBRE A COLABORAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dirijo uma saudação especial aos senhores jornalistas e aos órgãos de comunicação social pelo importante papel que vêm desempenhando não só na formação e sensibilização da população para um comportamento cívico e a assumpção plena da cidadania, mas também pela colaboração necessária na denúncia de todas as ocorrências que careceram da intervenção dos órgãos competentes do Ministério do Interior para a sua solução, devendo os órgãos do MININT empenharem-se no sentido de uma maior aproximação e prestação, em tempo útil, das informações de que necessitam.

SOBRE A COLABORAÇÃO DOS CIDADÃOS NA SEGURANÇA

Agradecemos a colaboração manifestada por todos os cidadãos e recomendamos a observação dos conselhos que vimos transmitindo, para que todos juntos possamos diminuir os índices de criminalidade e da sinistralidade rodoviária, particularmente durante as festas de ano novo.

Termino rendendo uma singela homenagem a todos os membros do Ministério do Interior que partiram no digno cumprimento do seu dever.

Desejo a todos festas felizes e um, prospero ano novo.

Comunicação social pelo importante papel que vêm desempenhando não só na formação e sensibilização da população para um comportamento cívico e a assumpção plena da cidadania





Superintendente
Adulcino Lutucuta

SEGURANÇA PÚBLICA DURANTE A QUADRA FESTIVA

ENQUADRAMENTO

Com o aproximar da quadra festiva, as pessoas em Angola e sobretudo nos grandes centros urbanos, procuram condições para a aquisição de bens e serviços que normalmente são consumidos durante este período.

A procura por estes bens e serviços alteram de forma evidente a normal circulação das pessoas nas cidades.

Neste período, geralmente regista-se o aumento do trânsito rodoviário, os crimes contra propriedade, especulação dos preços dos produtos e serviços, incêndios causados por armazenamento inadequado de combustíveis, afogamentos nas praias em função do aumento do número de banhistas em busca de actividades de lazer, aumento de visitas aos reclusos nos diversos estabelecimentos prisionais do País, proliferação de actividades religiosas, recreativas, culturais e desportivas, com especial destaque para a tradicional corrida de fim de ano, (Corrida de São Silvestre).

Estas alterações obrigam a Direcção do Ministério do Interior a implementar uma série de medidas especiais de segurança antes, durante e depois da quadra festiva, com vista a garantir que situações adversas não venham a prejudicar as comemorações que os cidadãos angolanos festejam efusivamente.

Neste período, é necessário efectuar uma avaliação cuidada de cada situação em concreto, porque a experiência nos mostra que até naquelas em que a princípio nos podem parecer pacíficas, se forem descurados os aspectos básicos de segurança, poderão causar situações indesejáveis, como por exemplo, a ocorrida numa celebração religiosa no estádio da Cidadela em 2012, que ficou registada nas nossas memórias como "O Dia do Fim", da qual resultou vários mortos e feridos.

Por outro lado, durante o período festivo, também verifica-se o aumento da entrada de cidadãos estrangeiros em território nacional, sendo que um número considerável destes, aproveita a ocasião para permanecer ilegalmente no país.

Tendo em atenção a estes factores, o Ministério do Interior mobiliza todo os seus funcionários para a tomada de medidas essencialmente preventivas antes, durante e após a quadra festiva, para a materialização dos seguintes objectivos:

- Criar as condições organizativas e operativas para um asseguramento eficiente, eficaz e de qualidade à quadra festiva;
- Prevenir e reprimir a criminalidade, fundamentalmente a de natureza violenta;



- Prevenir a sinistralidade rodoviária e suas consequências;
- Intensificar as medidas de fiscalização da actividade económica;
- Prevenir e dar pronta resposta aos incêndios, afogamentos e outros sinistros graves;
- Dissuadir os actos de imigração ilegal na fronteira terrestre, bem como reforçar a vigilância nas outras fronteiras;
- Exercer maior vigilância nos estabelecimentos prisionais, com vista a não permitir a entrada de objectos e substancias proibidas no interior penal, de forma a prevenir rixas, motins ou fuga dos reclusos.

I. MISSÕES

Em função do quadro operativo, o Ministério do Interior orienta aos órgãos executivos a desenvolverem acções de segurança pública para assegurar que as festividades do Natal e da Passagem de Ano sejam vividas pela população num clima de ordem, segurança e tranquilidade.

Em 2013, a Operação foi baptizada como "**Festas Seguras 2013**", estando os órgãos do MININT orientados em trabalhar em coordenação com outros serviços de órgãos de Defesa e Segurança e os serviços de emergências médicas do Ministério da Saúde, de acordo com as necessidades operativas.

Ministério do Interior orienta aos órgãos executivos a desenvolverem acções de segurança pública para assegurar que as festividades do Natal e da Passagem de Ano

INTER CLUBE FORTE E DETERMINADO TROFÉU DA TAÇA DE CLUBES JÁ NO PAÍS

Textos: **Yuri Fragata**

Foto: **Arquivo**

A equipa sénior feminina de basquetebol do Interclube conquistou a edição 19 da Taça dos Clubes Campeões Africanos, ao vencer na final, a formação do 1º de Agosto, por um ponto, 61-60.

As equipas do Interclube e 1º de Agosto realizaram uma campanha sensacional durante a fase final da referida competição, com as duas colectividades angolanas a disputar uma final inédita.

A equipa da Polícia terminou a prova sem qualquer derrota, ao contrário do 1º de Agosto que consentiu uma derrota na final, por 60-61.

Depois de terem vencido a Supertaça, competição disputada na cidade do Namibe, as pupilas de Apolinário Paquete voltaram a levar da melhor, derrotando as militares na fase final da Taça dos Clubes Campeões Africanos da «bola ao cesto». O Interclube destronou o Desportivo de Maputo e elevou para três o número de troféus conquistados ao nível da Taça de Clubes Campeões Africanos.



Mexidas no futebol

O plantel do Interclube, visando a época futebolística de 2014, é dominado pela presença de muitos novos atletas. Segundo apurou a Revista Tranquilidade no 22 de Junho, “quartel-general” dos azulinhos, a Direcção do presidente Alves Simões, aposta forte na contratação de novos jogadores influentes, tendo em vista o objectivo de conquista do título.

Os bi-campeões nacionais devem recorrer ao que tudo indica, ao mercado interno e externo para poten-

Equipa da Polícia terminou a prova sem qualquer derrota, ao contrário do 1º de Agosto que consentiu uma derrota na final, por 60-61



ciar o seu plantel de unidades que possam transformar-se em peças fundamentais na manobra da equipa.

Entre os jogadores apontados como futuros reforços do Interclube, destacam-se Loló e Kembwa, que em 2013 vestiram a camisola do Petro de Luanda.

INTERCLUBE COM NOVO CORPO TÉCNICO

O Grupo Desportivo Interclube de Luanda conta agora com um novo corpo técnico. Trata-se do novo técnico da equipa Mirsad Omerhobzic apresentado ontem aos membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior.

Mirsad Omerhobzic vai ficar a frente da formação da Polícia Nacional de Angola por dois anos em substituição de Bernardino Pedroto.

O técnico orientou na temporada passada o Istra Pula da Croácia, de 67 anos de idade Mirsad Omerhobzic foi igualmente seleccionador da Bósnia Herzegovina em 2009.

Falando no acto de apresentação, disse dispor de informações sobre o campeonato principal de futebol de Angola e adiantou que espera fazer um bom trabalho para não defraudar os propósitos da direcção bem como dos seus adeptos.

O técnico croata disse trabalhar sempre com o espírito de lutar por um lugar que dignifique o clube no campeonato referindo que defende “o rigor e a disciplina no trabalho”.

O Interclube abriu as “oficinas” no dia 08 de Janeiro com a realização dos exames médicos. Segue para Benguela, onde cumpre a primeira fase do estágio pré-competitivo. A segunda realiza-se na África do Sul, onde deve disputar cinco ou seis jogos. Com a ambição de efectuar uma temporada tranquila e procurar resgatar o título, o conjunto do Ministério do Interior reforçou-se com 12 jogadores: Aguinaldo e Chico Caputo (ex-Recreativo do Libolo), Dasfaa (ex-Sagrada Esperança), Barleeajtomo (ex-Lyon de França), Die (ex-ASA), Loló, Kêmbua e Nelson (ex-Petro de Luanda), Marinho (ex-Recreativo da Caála), Zé (ex-Benfica de Luanda), Mongo (ex-Emana da RDC) e Mário Cabibe e Cabibe (ex-Santos FC).

Na ocasião foi igualmente apresentado o treinador adjunto da formação da Polícia, José Luís Borges que na temporada passada foi técnico do 1º de Maio de Benguela.

passatempo

Curiosidades Anevdotas

1. Um cão vai de férias para o Algarve. Quando lá chega encontra um gato e dirigindo-se a ele faz: Æo! E o gato: Æo! Pergunta o cão: Æo? Mas tu não devias fazer Miau? Responde o gato: Sabes! Aqui no Algarve, quem não sabe mais que uma língua está lixado!

2. Um homem chamado Giovanni Vigliotto casou-se 104 vezes entre 1949 e 1981 em 27 estados e 14 países. Em 28 de Março de 1983, Vigliotto foi condenado em Phoenix, EUA, a uma pena de 28 anos de prisão por fraude e a mais 6 anos por bigamia. Foi também multado em quase € 350.000,00.

3. Sabia que apesar do frio que se faz sentir no Polo Norte, seria impossível alguém apanhar uma constipação lá. O vírus da gripe gosta de ambientes um pouco mais amenos.

4. A Quem Pertence? Se mexer, pertence à Biologia. Se importunar, pertence à Química. Se não funcionar, pertence à Física. Se ninguém entende, é Matemática. Se não faz sentido, é Economia ou Psicologia. Se não mexe, não importuna, não funciona, ninguém entende e não faz sentido... Com certeza é Informática!

5. Numa escola primária, todos os dias a seguir ao almoço, a professora perguntava aos alunos o que estes haviam comido. Virava-se para o Joaquim e perguntava-lhe: - Ó Joaquim, o que é que comeste hoje? - Bife com batatas fritas! - Respondeu o Joaquim. - Muito bem, e tu Zezinho? - Comi umas costeletas! - Respondeu o Zezinho. - Muito bem, e tu ciganito? - Eu comi sopa! - Respondeu o ciganito. - Muito bem! E durante toda a semana o ciganito respondia sopa até

que este, já zangado, diz à mãe: - Ó mãe, a minha professora pergunta sempre o que é que a gente come e só eu é que como sopa. - Está bem filho, amanhã dizes à professora que comeste faisão! - Diz a mãe. No outro dia, depois da professora perguntar aos outros miúdos, chega a vez do ciganito: - Então ciganito, o que é que comeste hoje? - Ah, eu hoje comi faisão! - E olha lá, comeste muito? - Continua a professora. - Ah, três malgas!

6. Dois tipos vão caminhando lado a lado num cemitério quando reparam numa pedra tumular que diz assim: "Aqui jaz João António Cardoso Homem Bom e Honesto Fiel adepto do Benfica" Vira-se um dos homens e pergunta ao outro: "Desde quando é que eles começaram a meter duas pessoas na mesma sepultura?"

conselhos úteis

trânsito automovel

ILUMINAÇÃO E SINAIS LUMINOSOS

- Sempre que a visibilidade for insuficiente e os veículos transitem fora das localidades com as luzes acesas, os sinais sonoros podem ser substituídos por sinais luminosos, nas seguintes condições:

a) Em locais bem iluminados, pela utilização intermitente das luzes;

b) Nos restantes casos, alternando os máximos com os médios, mas sempre sem provocar encandeamto.

- Dentro das localidades e durante a noite é obrigatória a substituição dos sinais sonoros pelos sinais luminosos utilizados nas condições previstas no número anterior.

- Os veículos de polícia, os veículos afectos à prestação de socorro ou de serviço urgente e os veículos que devam deslocar-se em marcha lenta em razão do serviço a que se destinam podem utilizar dispositivos especiais, cujas características e modos de utilização são fixados em regulamento.

- Não é permitida em quaisquer outros veículos a utilização dos dispositivos referidos no número anterior.

ULTRAPASSAGEM - REGRA GERAL

O condutor deve fazer a ultrapassagem pela esquerda.

EXCEPÇÕES À REGRA GERAL

A ultrapassagem de veículos ou animais deve fazer-se pela direita, quando o condutor, assinalando devidamente a sua intenção, pretenda mudar de direcção para a esquerda ou numa via de sentido único, parar ou estacionar à esquerda, desde que em qualquer caso, tenha deixado livre a parte mais à direita da faixa de rodagem.

REALIZAÇÃO DA MANOBRA DE ULTRAPASSAGEM

- A manobra de ultrapassagem não pode ser iniciada sem que o condutor se certifique que a pode realizar sem perigo de colidir com veículo que transite no

mesmo sentido ou em sentido contrário.

- O condutor deve, especialmente certificar-se de que:

a) A faixa de rodagem se encontra livre na extensão e segurança;

b) Pode retomar a direita sem perigo para aqueles que aí transitam;

c) Nenhum condutor que siga na mesma via ou na que se situa imediatamente à esquerda iniciou manobra para o ultrapassar;

d) O condutor que o antecede na mesma via não assinalou a intenção de ultrapassar um terceiro veículo ou de contornar um obstáculo.

- O condutor deve retomar a direita logo que condua a manobra e o possa fazer sem perigo.

- Seja promotor da segurança rodoviária;

- Cumpra com as regras de trânsito;

- Respeita a vida, ela é o seu bem maior; a prevenção começa por si, seja responsável; - Se beber não conduza, se conduzir não beba!